

# RELATÓRIO E CONTAS

## 2019

**GNB-Companhia de Seguros, S.A.**

Rua Castilho, n.º 26 - 1250-069 Lisboa  
Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503718092

**1. Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019**

- 1.1 Estrutura e práticas de governo societário
- 1.2 Enquadramento macroeconómico
  - 1.2.1 Situação económica internacional
  - 1.2.2 Situação económica nacional
  - 1.2.3 O setor segurador
- 1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade
- 1.4 A atividade da GNB Seguros
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Nota Final

**2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras**

- 2.1 Conta de Ganhos e Perdas
- 2.2 Balanço
- 2.3 Demonstração de Variações do Capital Próprio
- 2.4 Demonstração do Rendimento Integral
- 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 2.6 Anexo às Demonstrações Financeiras

**3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria \ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

- 3.1 Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- 3.2 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## 1. Relatório de Gestão

### 1.1. Estrutura e práticas de governo societário

#### 1.1.1. Introdução

Conforme referido no relatório relativo ao período transato, em 21 de dezembro de 2018, o Crédit Agricole Assurances, S.A. consolidou a sua posição acionista passando a deter 75% das ações da GNB-Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros), o que desencadeou uma sucessão de decisões e movimentos, já esperados, com efeitos na estrutura de governo da GNB Seguros, e na consolidação e densificação da gestão.

Neste sentido, destaca-se a alteração ocorrida no início do segundo semestre de 2019, em que a gestão corrente e organização da GNB Seguros foram delegadas num *Chief Executive Officer* o qual é coadjuvado por dois Diretores-gerais Adjuntos (*Deputy CEO*). Deste modo, é mantido o desiderato de respeito de acordo com as boas práticas de governo da sociedade e o disposto em diversa legislação e regulamentação.

A GNB Seguros aplica assim o princípio de “*four-eyes*”, garantindo que nenhuma decisão importante para a atividade da Companhia será implementada sem a intervenção de pelo menos duas pessoas que dirijam efetivamente a empresa, consubstanciando-se numa governação responsável, norteadas por objetivos concretos, criando valor para os seus acionistas, valorizando os colaboradores, e disponibilizando produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e por estes percecionado.

A transparência e lealdade nas relações com todos aqueles com quem se relaciona revestem-se de fulcral importância para a consolidação do seu negócio, assim como a adoção e respeito integral das boas regras vigentes no mercado em que se insere, nomeadamente através da adoção de medidas internas anticorrupção e orientações de conduta exigentes.

Manteve-se também como essencial a intervenção das áreas de Gestão de Risco, Controlo Interno e *Compliance* e o pleno funcionamento dos diversos *Comités* existentes como auxiliares no processo de suporte à tomada de decisão, avaliando e monitorizando os riscos e assegurando o cumprimento dos deveres legais a que a GNB Seguros está obrigada e, nas situações em que tal se mostrou necessário, propondo medidas de mitigação aos riscos identificados.

#### 1.1.2 Estrutura do Governo da GNB Seguros

O sistema de governo da GNB Seguros baseia-se no sistema de três linhas de defesa, suportado por uma estrutura de governo bem definida, complementada por *Comités*, Funções-chave e Políticas.

### **1.1.2.1 Assembleia Geral**

A Assembleia Geral de Acionistas, que reúne pelo menos uma vez por ano, em sede de Assembleia Geral Anual de Acionistas, tem por principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e a aplicação de resultados.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, Vice-presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

#### **1.1.2.1.1 Regras Estatutárias sobre o exercício do direito de Voto**

Relativamente à participação e exercício do direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral:

- A Assembleia Geral dos acionistas é composta por todos os acionistas com direito pelo menos a um voto, que satisfaçam as condições referidas no ponto seguinte.
- Só poderão participar na Assembleia os titulares de ações escriturais registadas em seu nome até oito dias úteis antes do dia da reunião.
- A Assembleia poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.
- A cada ação corresponderá um voto.
- Até oito dias antes da realização da Assembleia Geral, devem os acionistas que pretendam fazer-se representar por outro acionista apresentar na sociedade os instrumentos de representação e, bem assim, as pessoas coletivas indicar quem as representará; o Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.
- Não é permitido o voto por correspondência.

#### **1.1.2.1.2. Representação**

Os Senhores Acionistas podem fazer-se representar na Assembleia por mandatário constituído por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia, acompanhada de cópia legível de documento original válido, com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e nacionalidade, que deverá estar em vigor. Os Senhores Acionistas que sejam pessoas coletivas deverão indicar o nome de quem os representará.

Os instrumentos de representação, bem como os documentos comprovativos da qualidade de acionistas e de que as respetivas ações ficam bloqueadas até ao final da Assembleia, deverão ser entregues, na sede social, até às 16.30 horas do terceiro dia útil anterior ao designado para a Assembleia.

#### **1.1.2.1.3. Regras Estatutárias sobre Quórum**

- Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral dos acionistas não poderá reunir-se sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de setenta e cinco por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.

- Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.”

#### **1.1.2.1.4 Intervenção da Assembleia Geral sobre a política de remuneração da sociedade**

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização.

### **1.1.2.2. Conselho de Administração**

A Gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por seis ou oito Administradores designados por quatro anos, sendo permitida a reeleição dos respetivos membros.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Sociedade num *Chief Executive Officer (CEO)*, o qual no âmbito dessa função é coadjuvado por dois Diretores-Gerais Adjuntos (*Deputy CEO*) que participam nas decisões, conjuntamente com o CEO, com impacto na gestão e organização da Companhia, considerando-se como pessoas que dirigem efetivamente a empresa.

#### **1.1.2.2.1. Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

- O Conselho de Administração é composto por seis ou oito Administradores.
- A Assembleia Geral fixará o número de administradores; na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.
- Os Administradores podem ser acionistas ou pessoas estranhas e são eleitos pela Assembleia Geral dos Acionistas por períodos de quatro anos, sendo permitida a reeleição.
- A Assembleia Geral poderá eleger Administradores Suplentes, até número igual a um terço do número de administradores efetivos, na data da eleição respetiva.
- A alteração do Contrato de Sociedade é matéria de deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

#### **1.1.2.2.2. Poderes do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração reúne, pelo menos uma vez, em cada três meses e não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados quatro ou cinco dos seus membros, consoante o Conselho de Administração seja composto por seis ou oito membros.

As seguintes matérias deverão necessariamente ser discutidas e aprovadas por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, tomada por uma maioria de quatro ou cinco membros do Conselho de Administração, consoante o número total de membros seja de seis ou oito, respetivamente:

- I. Aprovação ou modificação do Regulamento Interno do Conselho de Administração e do CEO (*Chief Executive Officer*);

- II. Aprovação de contratos com terceiros cujos valores/responsabilidades excedam em 10% as despesas totais anuais da Sociedade (excluindo despesas com comissões e partilha de lucros);
- III. Concessão de financiamentos, depósitos, ou prestação de garantias acima do valor de um milhão de euros;
- IV. Aquisição, oneração ou alienação de bens imóveis por valor superior a 5 milhões de euros, desde que os bens imóveis sejam utilizados na gestão corrente da sociedade;
- V. Solicitação de financiamentos ou criação de passivo acima dos dez milhões de euros (por transação);
- VI. Início, desenvolvimento ou cessação de relações com entidades que não se integrem no Grupo Novo Banco, composto, respetivamente, pelo Novo Banco ou por qualquer entidade por este direta ou indiretamente dominada;
- VII. Licenciamento ou concessão de direitos sobre a propriedade intelectual ou industrial da Sociedade;
- VIII. Alargamento ou redução da atividade social ou modificação do objeto da sociedade;
- IX. Aprovação do Balanço e contas da Sociedade e todos os documentos legais de prestação de contas da Sociedade;
- X. Aprovação de proposta de aplicação de resultados.

### **1.1.2.3. Conselho Fiscal**

A função de fiscalização interna da GNB Seguros é atribuída ao Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e um suplente.

- O Conselho Fiscal da GNB Seguros é composto por um Presidente, dois membros efetivos e um membro suplente.
- O presidente do Conselho Fiscal será designado pela Assembleia Geral dos acionistas.
- Os membros do conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

### **1.1.2.4. Revisor Oficial de Contas**

A fiscalização externa da Companhia é assegurada pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da GNB Seguros, a Price Waterhouse Coopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, bem como pela autoridade de supervisão a que a GNB Seguros está sujeita, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Sob proposta do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral designou um Revisor Oficial de Contas para proceder ao exame das contas da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas é eleito por um período de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

### **1.1.2.5. Secretário da Sociedade**

O Secretário e o seu Suplente são designados pelo Conselho de Administração e a duração das suas funções coincide com o mandato do Conselho de Administração que o designar.

### 1.1.2.6. Comissão de Vencimentos

É atribuição da comissão de vencimentos definir a política de remunerações dos órgãos sociais, a aprovar em Assembleia Geral, bem como a remuneração específica de cada órgão. Esta comissão é composta por dois membros efetivos.

### 1.1.3. Órgãos Sociais

Em Assembleia Geral da GNB Seguros, realizada no dia 7 de dezembro de 2015, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 2016 a 2019.

Assim, a 31 de dezembro de 2019 a composição dos órgãos sociais era a seguinte:

#### 1.1.3.1. Mesa da Assembleia Geral

Pedro Moreira de Almeida Queiroz de Barros	Presidente
Michel Victor François Villatte	Vice-Presidente
Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário

#### 1.1.3.2. Conselho de Administração

José António Rodrigues Nunes Coelho	Presidente (N.E) <sup>(1)</sup>
Guillaume Michel Orekin	Vice-Presidente (N.E) <sup>(1)</sup>
Hervé Marcel André Hassan	Vogal (N.E) <sup>(1)</sup>
Mário Jorge Tapada Gouveia	Vogal (N.E) <sup>(1)</sup>
Jean-Luc Claude Michel François	Vogal (N.E) <sup>(1)</sup>
François Nicolas Baudienville <sup>(1)</sup>	Vogal e CEO
Isaac da Cunha <sup>(1)</sup>	Vogal (N.E) <sup>(*)</sup>

\* Não Executivo.

Durante o exercício de 2019, verificaram-se as seguintes alterações:

<sup>(1)</sup> Nomeado por cooptação em Conselho de Administração realizado em 24 de outubro de 2019, estando pendente o registo na ASF.

<sup>(1)</sup> Nomeado por cooptação em Conselho de Administração realizado em 24 de outubro de 2019, estando pendente o registo na ASF

- Paulo Alexandre Nunes Nogueira cessou função executiva de C.F.O. em 4 de julho de 2019, renunciando ao cargo de Vogal do Conselho de Administração com efeitos a 31 de agosto de 2019.
- Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos cessou função executiva de C.O.O. em 4 de julho de 2019, tendo renunciado ao cargo de Vogal do Conselho de Administração em 24 de outubro de 2019.
- Thierry Philippe Adolph Langreney renunciou ao cargo de Vogal do Conselho de Administração em 24 de outubro de 2019.

Evento subsequente a 31-12-2019: José António Rodrigues Nunes Coelho renunciou a 31 de Janeiro de 2020 com efeitos a 29 de Fevereiro de 2020 ao cargo de membro e Presidente do Conselho de Administração

#### 1.1.3.3. Gestão corrente da Sociedade - *Chief Executive Officer*

De acordo com os estatutos aprovados na Assembleia Geral de 29 de Abril de 2019 e o Regulamento Interno do Conselho de Administração aprovado em 4 de julho de 2019, o Conselho de Administração delega a gestão corrente e a organização da Sociedade no *Chief Executive Officer (CEO)*, tendo designado François Nicolas Baudienville como CEO.

No âmbito e para os efeitos de apoio à gestão corrente da Sociedade, o *Chief Executive Officer* nomeou como Diretores-Gerais Adjuntos (*Deputy CEO*), Paulo Alexandre Nunes Nogueira e Afonso de Castro Barbosa Temudo Barata.

**1.1.3.4. Conselho Fiscal**

António Joaquim Andrade Gonçalves	Presidente
José Maria Ribeiro da Cunha	Vogal Efetivo
Paulo Ribeiro da Silva	Vogal Suplente

**1.1.3.5. Revisor oficial de contas**

PWC & ASSOCIADOS, SROC, LDA <sup>(1)</sup>	Efetivo
Carlos José Figueiredo Rodrigues	Suplente

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017. Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia (revisor oficial de contas).

**1.1.3.6. Secretário da Sociedade**

Francisco Maria Pimentel Vilhena de Carvalho	Secretário
--	------------

**1.1.3.7. Comissão de Vencimentos**

Vitor Manuel Lopes Fernandes	Membro
Renaud Filipelli	Membro

(1) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 07/12/2015.

(2) Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31/03/2017.

**1.1.4. Estrutura de Capital**

O Capital Social da GNB Seguros é de 15.000.000 euros, representado por 3.000.000 ações com valor nominal de 5,00 euros cada.

**1.1.5. Estrutura Acionista a 31 de dezembro de 2019**

A estrutura acionista é à data de referência a seguinte:

<b><u>Acionista</u></b>	<b><u>Nr. Ações</u></b>	<b><u>% Capital Social</u></b>
Crédit Agricole Assurances, S.A.	2.250.000	75,00000 %
Novo Banco, S.A.	749.800	24,99334 %
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	100	0,00333 %
GNB – Gestão de Ativos SGPS, S.A.	100	0,00333 %
<b><u>TOTAL</u></b>	<b><u>3.000.000</u></b>	<b><u>100 %</u></b>

**1.1.5.1. Transmissibilidade das Ações**

Os acionistas não transmitentes têm direito de preferência na transmissão a terceiros da totalidade ou de parte das ações que o acionista transmitente pretenda efetuar.

### 1.1.5.2. Alteração dos Estatutos da GNB Seguros

Qualquer alteração do Contrato de Sociedade (Estatutos) da GNB Seguros, incluindo deliberações sobre alterações de capital, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. As deliberações sobre a alteração do Contrato de Sociedade devem ser aprovadas por maioria qualificada de 50% (cinquenta por cento) dos votos emitidos.

### 1.1.6. Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento

A Política de Detecção e Correção de situações de incumprimento assenta nas principais linhas gerais:

- a) *Colaboradores sujeitos ao dever de comunicação*: Todos os colaboradores têm obrigação de comunicar ao seu superior hierárquico;
- b) *Entidade que recolhe a comunicação*: Direção de Controlo de Gestão, Risco e Compliance; a área de Compliance perante a comunicação referida, deve apreciar a situação descrita e determinar as ações que, perante cada caso concreto, entenda por convenientes. Para este fim, esta Direção poderá solicitar a colaboração da Direção de Auditoria Interna.

Se da apreciação da situação de irregularidade ficar provado que se tratou de uma violação de leis, regulamentos ou dos princípios e deveres internos, serão adotadas as medidas disciplinares necessárias com o objetivo de salvaguardar os interesses da Companhia, de acordo com a disposição da legislação em vigor.

- c) *Comunicações Anónimas*: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas. Toda e qualquer situação de deteção e correção de situações de incumprimento reportada serão tratadas confidencialmente, nomeadamente quanto à sua origem, e com a devida discrição;
- d) *Não retaliação*: É expressamente proibida qualquer retaliação contra os Colaboradores que efetuem a referida comunicação;
- e) *Arquivo das Comunicações*: Se derem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respetivos processos. Findas as investigações, os dados serão eliminados nos termos e condições legalmente definidas.

### 1.1.7. Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, fixa a remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros.

Anualmente, a Comissão de Vencimentos submete à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da GNB Seguros. Essa declaração sobre a Política de Remunerações para 2019 foi aprovada na Assembleia Geral Anual do dia 29 de Abril de 2019 e teve o seguinte conteúdo:

- “ 1. Considerando que a política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização da GNB Seguros deve ter por base a articulação com os mecanismos que assegurem o alinhamento dos interesses dos membros do Órgão de Administração com os objetivos estratégicos da empresa;
2. Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais deve ser estruturada de modo a remunerar, de forma justa e eficiente, a competência e dedicação de cada um dos seus membros, tendo em conta o respetivo desempenho individual e global;
3. Considerando que na GNB Seguros a aprovação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é, nos termos estatutários, da competência da Comissão de Vencimentos;
4. Considerando que, para os membros executivos do Conselho de Administração, deve existir uma remuneração variável, a par da remuneração fixa, e que a referida remuneração variável deve depender do grau de cumprimento dos objetivos da empresa, tal como fixados pela totalidade do seu Conselho de Administração.

Propõe-se a aprovação da seguinte declaração sobre Política de Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização da GNB SEGUROS:

**a) Membros do Conselho de Administração**

**a) Presidente do Conselho de Administração (não executivo)**

O Presidente do Conselho de Administração pode auferir uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano.

**b) Outros Membros não executivos do Conselho de Administração**

Os membros não executivos do Conselho de Administração não têm remuneração fixa ou variável.

**c) Membros executivos do Conselho de Administração**

**Composição da Remuneração**

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração pode ser composta por duas componentes:

- i. Fixa, com referência ao exercício em curso;  
A remuneração fixa é estabelecida pela Comissão de Vencimentos tendo em conta:
  1. As remunerações pagas por empresas de dimensão semelhante a operar no setor segurador em Portugal;
  2. As remunerações pagas em outras empresas do Grupo Económico dos acionistas para cargos de responsabilidade semelhante;
  3. O desempenho individual anual de cada Administrador.
- ii. Variável, com referência ao ano anterior, estabelecida no primeiro trimestre do exercício em curso, segundo critérios abaixo definidos.

**Limites e Equilíbrio na Remuneração**

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos em sede de Assembleia Geral, não podendo nunca ser inferior a 40% da remuneração total anual.

Como tal, a parte variável, a existir, representará no máximo 60% da remuneração total anual.

**Critérios de Definição da Componente Variável, Mecanismos de Limitação e Momento do seu Pagamento**

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo.

A remuneração variável depende de decisão a tomar, caso a caso, pela Comissão de Vencimentos, e pode ou não ser atribuída anualmente considerando o desempenho individual e global dos membros executivos do Conselho de Administração, bem como o grau de cumprimento dos objetivos globais da empresa no exercício económico anterior.

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros executivos do Conselho de Administração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não se considera necessário proceder ao diferimento de uma parte da remuneração variável, sendo a mesma, se existir, paga de uma só vez.

Os membros do Conselho de Administração que desempenham funções em Órgãos de Administração de Sociedades em relação de Grupo com a GNB Seguros, podem ser remunerados pelas referidas Sociedades e/ou pela GNB Seguros, de acordo com o relevo das funções desempenhadas

**b) Membros do Órgão de Fiscalização**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal inclui apenas uma componente fixa, mensal, paga 14 vezes ao ano, determinada anualmente pela Comissão de Vencimentos.

**c) Membros da Mesa da Assembleia Geral**

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral é determinada pela Assembleia Geral e corresponde a uma quantia fixa por presença em cada Assembleia.

A Comissão de Vencimentos deliberou em 11 de julho de 2017 as remunerações de cada um dos membros dos Órgãos Sociais. Em 2019, as remunerações suportadas pela GNB Seguros referentes aos membros dos seus Órgãos Sociais foi a seguinte:

Exercício de 2019				
Nome	Orgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
José António Rodrigues Nunes Coelho	Conselho de Administração	21.000,00 €		21.000,00 €
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Conselho de Administração	76.336,00 €		76.336,00 €
François Nicolas Beaudienville	Conselho de Administração	35.050,00 €	11.000,00 €	46.050,00 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	12.187,50 €		12.187,50 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500,00 €		3.500,00 €
<b>Total</b>		<b>148.073,50 €</b>	<b>11.000,00 €</b>	<b>159.073,50 €</b>

Exercício de 2018				
Nome	Orgão Social	Remunerações Fixas	Remunerações Variáveis e Outros Benefícios	Remunerações Totais pagas aos Orgãos Sociais
José António Rodrigues Nunes Coelho	Conselho de Administração	21.000,00 €		21.000,00 €
Paulo Alexandre Nunes Nogueira	Conselho de Administração	141.969,50 €		141.969,50 €
António Joaquim Andrade Gonçalves	Conselho Fiscal	12.862,50 €		12.862,50 €
José Maria Ribeiro da Cunha	Conselho Fiscal	3.500,00 €		3.500,00 €
<b>Total</b>		<b>179.332,00 €</b>	<b>0 €</b>	<b>179.332,00 €</b>

## 1.2. Enquadramento macroeconómico

### 1.2.1. Situação económica internacional

No panorama internacional, o ano de 2019 foi marcado por um abrandamento da atividade económica e do comércio mundial. Este abrandamento, comum às economias avançadas e aos países emergentes e em desenvolvimento, ocorreu num contexto marcado por persistentes tensões comerciais e elevada incerteza geopolítica. A atividade económica foi negativamente afetada, em particular, pelas tensões comerciais entre os EUA e a China, pela intensificação de conflitos geopolíticos e pela instabilidade política em diversos países europeus, com especial destaque para a extensão do prazo de saída do Reino Unido da União Europeia (UE).

De acordo com a informação disponível no relatório do orçamento de estado 2020 elaborado pelo Ministério das Finanças, a atividade económica dos EUA terá abrandado de 2,9% em 2018 para 2,3% em 2019, refletindo, em parte, a redução do efeito da política fiscal expansionista iniciada em 2016, bem como o impacto de novas medidas protecionistas. Desta forma, é a procura interna, em particular o consumo privado, que tem assumido um papel relevante para assegurar alguma resiliência ao crescimento económico dos EUA. Entre as restantes economias desenvolvidas, destaca-se o Reino Unido que, após ter registado um crescimento de 2,6% em 2014, tem-se mantido numa trajetória descendente, tendo o crescimento do PIB desacelerado para 1,4% em 2018 e estimando-se que se mantenha em torno deste valor em 2019.

No que diz respeito à área do euro, também o contexto de arrefecimento económico nos mercados internacionais se fez sentir no seu crescimento económico. Após um pico de crescimento real de 3% em termos homólogos, no quarto trimestre de 2017, a economia da área do euro tem vindo a abrandar, tendo o seu crescimento desacelerado para 1,9% em 2018, estimando-se que em 2019 cresça 1,1%. Aqui, assume particular destaque o abrandamento da economia alemã, cuja estimativa de crescimento para 2019 é de 0,4%, condicionada, sobretudo, por dificuldades no setor industrial exportador e, em particular, na indústria automóvel. A procura interna da área do euro apresentou um crescimento moderado, num contexto de condições de financiamento favoráveis, aumento do rendimento disponível das famílias e evolução positiva do mercado de trabalho. No global da zona euro, a taxa de desemprego deve diminuir para 7,6% em 2019, inferior ao período anterior à crise financeira internacional. Também na sequência do enfraquecimento do comércio global, registou-se um abrandamento das exportações de bens e serviços. A taxa de inflação manteve-se, em 2019, numa tendência de redução, passando de 1,8% em 2018 para 1,2% em 2019 na área do euro, afastando-se assim do objetivo de 2%.

Num contexto de ausência de pressões inflacionistas, persistência de elevada incerteza e arrefecimento económico, os EUA e a área do euro prosseguiram políticas monetárias expansionistas, com vista a atenuar os efeitos de uma conjuntura internacional menos favorável. Em 2019, a política monetária dos EUA e da área do euro caracterizou-se por uma orientação acomodatória. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência descendente. Na área do euro, a Euribor a 3 meses oscilou em torno de uma média de -0,35% no conjunto dos onze primeiros meses de 2019, renovando níveis historicamente baixos. Invertendo a normalização da política monetária entre 2015 e 2018, a Reserva Federal norte-americana decidiu baixar as taxas de juro federais (*fed funds*) por três vezes (em julho, setembro e outubro de 2019), em 75 p.b., em termos acumulados, para o intervalo entre 1,50% e 1,75%. O diferencial entre as taxas a 10 anos e a 3 meses tornou-se negativo (inversão da curva) em vários

momentos do ano. O Banco Central Europeu (BCE) decidiu, em setembro de 2019, baixar as taxas de juro de facilidade de depósito, para -0,50% (-0,40% entre março de 2016 e agosto de 2019) e retomar o programa de compra de ativos (*Asset Purchase Programme*), num montante mensal de 20 mil milhões de euros, a partir de novembro, com vista a estimular o financiamento da economia.

### 1.2.2. Situação económica nacional

A economia portuguesa desacelerou em 2019, mantendo, no entanto, um ritmo de crescimento superior ao da média da área do euro. De facto, o crescimento real do PIB em 2019 foi de 2,1%, menor que os 2,4% verificados em 2018 mas acima das últimas estimativas apresentadas pelo governo português (1,9%) e do crescimento esperado de 1,1% na área do euro. Para este abrandamento contribuiu, essencialmente, o abrandamento da procura externa, associado à deterioração do ambiente económico internacional, como anteriormente referido. Em contraste, a procura interna manteve um contributo positivo estável para o crescimento, beneficiando da evolução positiva do mercado de trabalho, da melhoria do perfil de qualificações da população ativa, da continuação da recuperação do investimento empresarial e do reforço da solidez do sistema financeiro. Todos estes fatores contribuíram para a resiliência da economia portuguesa, que se traduziu num abrandamento menor que o dos principais parceiros da área do euro.

Considerando o contributo das componentes da procura para o crescimento real do PIB, o crescimento da economia portuguesa em 2019 foi sustentado sobretudo pelo investimento e, em menor escala, pelo consumo privado e pelas exportações. A desaceleração moderada da economia é muito influenciada pelo menor ritmo de crescimento das exportações, cujo peso no PIB tem vindo a crescer nos últimos anos.

No que diz respeito ao investimento (formação bruta de capital fixo, FBCF), verificou-se um maior dinamismo em 2019, estimando-se que o crescimento anual se situe em 7,3% (5,8%, em 2018), com particular destaque para o investimento em construção e o investimento em produtos de propriedade intelectual.

Já no que respeita ao consumo privado, a estimativa para 2019 é de um crescimento de 2,2%, assente sobretudo na aceleração do consumo de bens correntes não duradouros, que se tem verificado desde 2018, ao mesmo tempo que o contributo dos bens duradouros tem diminuído, sendo residual ao longo de 2019. Em 2019 assistiu-se ainda à continuidade do processo de redução do endividamento das famílias que se vem registando ao longo dos últimos anos.

As exportações de bens e serviços cresceram 2,4%, em termos homólogos reais, nos primeiros nove meses de 2019 (4,9%, em igual período de 2018), tendo-se registado um abrandamento quer nas exportações de bens (de 4,9% para 2,4%) quer nas exportações de serviços (de 4,8% para 2,5%). A evolução das exportações reflete um menor dinamismo da procura externa, fruto do contexto internacional atrás referido. Contudo, o crescimento das exportações neste período foi superior ao da procura nos principais mercados de destino, pelo que se têm vindo a registar ganhos de quota nos mercados externos. Por outro lado, as importações aumentaram 5,9%, em termos homólogos reais, nos primeiros três trimestres de 2019 (6,4%, no período homólogo de 2018). Este crescimento reflete dinâmicas diferenciadas, com as importações de serviços a registar um crescimento superior ao das importações de bens (7,8% e 5,5%, respetivamente). Para o conjunto do ano, a estimativa é que as

exportações apresentem taxas de crescimento de 2,5% (3,8% em 2018) e as importações de 5,2% (5,8%, em 2018).

O mercado de trabalho em Portugal manteve uma dinâmica positiva em 2019, com um crescimento mais moderado do emprego e com uma redução da taxa de desemprego que, tal como em 2018, se situou abaixo da registada na área do euro. Depois de um crescimento historicamente elevado em 2017 (3,3%), o emprego manteve um crescimento significativo em 2018 (2,3%), tendo abrandado em 2019 (1,1% observado nos primeiros três trimestres). A taxa de desemprego estimada para a totalidade do ano é de 6,4%.

No conjunto do ano, estima-se que a taxa de inflação se situe em 0,3%. A evolução da inflação foi, em grande medida, influenciada pela diminuição dos preços dos bens energéticos (para o qual terá contribuído a evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais; a redução do ISP na gasolina; a redução do preço da eletricidade e dos contadores de baixa potência). Também os preços dos serviços registaram uma desaceleração. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), referência para comparação internacional, aumentou 0,3%, mantendo-se abaixo do crescimento médio dos preços verificado na área do euro (1,2%).

### 1.2.3. O setor segurador

De acordo com a informação disponível na Associação Portuguesa de Seguradores (APS) a produção total de seguro direto em Portugal cifrou-se, em 2019, um pouco acima dos 12,2 mil milhões de euros, o que significou um decréscimo de - 5,8% face ao valor verificado em 2018.

Este resultado, conjugado com o aumento do PIB, fez com que o rácio entre as duas variáveis regressasse ao valor de 6%, valor registado em 2017, depois de em 2018 ter atingido os 6,5%. O indicador Prémio Per Capita sofreu também uma redução, encontrando-se agora nos 1.189 euros, uma variação de -5,6% relativamente ao valor do ano passado.

Analisando esta evolução por ramos, constata-se que o ramo Vida apresentou um decréscimo de 13,9% em relação a 2018, quedando-se um pouco abaixo dos 7 mil milhões de euros em 2019 e passando a representar 57,3% do total da produção do setor (- 5,4 p.p. do que em 2018).

À exceção dos contratos PPR Ligados a Fundos de Investimento e das Operações de Capitalização Não Ligadas, modalidades que juntas representam apenas 7,2% do negócio Vida, todas as restantes modalidades testemunharam quebras homólogas de produção, com especial destaque para os seguros de Vida Não Ligados, exceto PPR (-20,7%). Já as contribuições para produtos PPR Não Ligados, que ainda em 2018 ultrapassaram os 3 mil milhões de euros, permaneceram este ano nos 2,6 mil milhões de euros, valor que representa uma queda homóloga de -12,6%. Olhando para os PPR como um todo, a contribuição dos portugueses para este tipo de produto baixou 10% relativamente a 2018.

Em sentido contrário, o segmento Não Vida ultrapassou pela primeira vez em 2019 os 5 mil milhões de euros de produção. Sustentado pelo crescimento notável dos seus Ramos mais representativos, o segmento arrecadou mais 7,9% de prémios que no ano transato. Na verdade, apenas em ramos com pouco peso no segmento se verificaram quedas na produção, passando a representar 42,7% do total da produção do setor (em 2018 representava apenas 37,3%).

Para a referida evolução, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (+ 9,7%), Automóvel (+ 7,0%) e Incêndio e Outros Danos (+ 6,8%).

Na linha de negócio Acidentes e Doença destacamos a evolução dos Acidentes de Trabalho que cresceram a um ritmo de 2 dígitos (+ 11,8%) pelo quarto ano consecutivo, atingindo um volume de 895 milhões de euros e tornando este ramo no segundo mais importante do segmento Não Vida. Com grande relevância no Acidentes e Doença, os seguros de Saúde continuam a prosperar, desta feita com uma variação homóloga de 8,7%, como consequência da cada vez maior procura deste seguro pela população, sendo o terceiro ramo mais relevante do segmento Não Vida.

No Ramo Automóvel, cuja produção cresce sucessivamente desde 2014, a variação homóloga registada foi de + 7,0%, com a produção a superar os 1,8 mil milhões de euros, continuando a linha de negócio associada ao ramo Automóvel a ser a mais significativa em Não Vida, representando 35,3% do total da produção deste segmento.

Destacam-se também pela sua importância nos seguros Não Vida os de Riscos Múltiplos cuja evolução do volume de prémios em 2019 atingiu + 6,3%, totalizando um montante de 806 milhões de euros. Este crescimento (+ 0,9 p.p. que em 2018) vem confirmar a resposta às necessidades de proteção das empresas e dos indivíduos que estes produtos oferecem.

Já no que diz respeito à sinistralidade, de acordo com a informação disponível na Autoridade de Seguros e Fundo de Pensões (ASF), os custos com sinistros de seguro direto apresentaram uma diminuição de 9,2% face ao ano anterior.

Para este decréscimo foi muito relevante a diminuição observada no ramo Vida (-14,5%), explicada em parte pelo comportamento dos resgates que apresentaram uma diminuição de 7,6% face a 2018, tendo representado cerca de metade dos custos com sinistros do período em análise.

Já os custos com sinistros dos ramos Não Vida aumentaram 1,9%, tendo os Acidentes de Trabalho e os ramos Doença e Automóvel seguido a mesma tendência (crescimentos de 17,6%, 9,5% e 5,2% respetivamente).

Em contrapartida, o ramo Incêndio e Outros Danos registou um decréscimo de 30,6% (recorde-se que o ano de 2018 ficou marcado, ao nível da sinistralidade, pela Tempestade Leslie que, em termos do número de participações de sinistros decorrentes de um único evento, foi um dos maiores sinistros da história dos seguros em Portugal).

No que diz respeito aos Ativos, o seu valor total aumentou 6,4% face a 2018, superando os 53 mil milhões de euros no final de 2019. Os instrumentos de dívida são predominantes na composição da estrutura de ativos, representando 71% do total dos ativos, verificando-se um acréscimo do peso relativo de Obrigações de dívida pública e Fundos de investimento, por contrapartida das aplicações em Numerário e depósitos.

Já no que respeita aos resultados e rácios de cobertura do Requisito de Solvência (SCR), os resultados líquidos provisórios das empresas de seguros sob supervisão prudencial da ASF ultrapassaram o valor de 302 milhões de euros, representando um decréscimo de 35,1% face ao ano anterior.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) do conjunto das empresas supervisionadas pela ASF, em dezembro de 2019, foi de 181%, o que representa um aumento de 1 ponto percentual face ao final de 2018. Este rácio para as empresas dos ramos Não Vida foi de 194% em 2019, acima dos 189% verificados em 2018.

### 1.3. Principais indicadores e variáveis da atividade

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Variáveis de Balanço</b>					
Ativo	129.749	121.864	122.287	6,5%	-0,3%
Liquidez, investimentos e outros tangíveis	108.716	102.966	103.464	5,6%	-0,5%
Provisões técnicas de seguro direto	84.307	77.377	70.182	9,0%	10,3%
Capital Próprio	33.050	30.916	31.372	6,9%	-1,5%
<b>Variáveis de Ganhos e Perdas</b>					
Prémios brutos emitidos de seguro direto	78.326	78.471	77.252	-0,2%	1,6%
Prémios emitidos líquidos de resseguro	64.605	63.838	63.087	1,2%	1,2%
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	64.208	63.611	63.004	0,9%	1,0%
Custos com sinistros (bruto)*	(49.526)	(50.438)	(46.770)	-1,8%	7,8%
Custos com sinistros líquidos de resseguro *	(46.392)	(47.248)	(44.832)	-1,8%	5,4%
Custos e gastos de exploração líquidos	(9.482)	(8.699)	(11.014)	9,0%	-21,0%
Actividade Financeira Líquida	1.075	1.303	2.045	-17,5%	-36,3%
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	852	1.084	1.255	-21,3%	-13,7%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	287	135	790	112,8%	-83,0%
Perdas de Imparidade	(64)	85	0	175,5%	-
Resultado Líquido do exercício	6.515	6.612	6.322	-1,5%	4,6%
<b>Outras variáveis e rácios</b>					
Nº de apólices - Carteira em Vigor	445.388	440.455	435.996	1,1%	1,0%
Nº de colaboradores	61	58	54	3	4
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	8,3%	8,4%	8,2%		
Resultado líquido / prémios adquiridos líquidos de resseguro	10,1%	10,4%	10,0%		
Resultado líquido / capital próprio	19,7%	21,4%	20,2%		
Nº de apólices em vigor / nº colaboradores	7.301	7.594	8.074		
Prémios brutos emitidos / nº colaboradores	1.284	1.353	1.431		
Resultado líquido / nº colaboradores	107	114	117		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos	66,5%	69,3%	65,3%		
Custos com Sinistros/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	72,3%	74,3%	71,2%		
Custos e gastos de Exploração/Prémios Adquiridos (líquido de resseguro)	14,8%	13,7%	17,5%		
Rácio combinado, líquido de resseguro	87,0%	88,0%	88,6%		
* Inclui custos de gestão de sinistros					
<b>Dados Auxiliares</b>					
Prémios Adquiridos	74.421	72.773	71.665		

## 1.4. A atividade da GNB Seguros

### 1.4.1 Introdução

Depois de no final de 2018 o Crédit Agricole Assurances, S.A. ter consolidado a sua posição acionista, o ano de 2019 foi um ano de preparação e de início de uma nova organização para dar resposta á estratégia de desenvolvimento da Companhia, mantendo como elementos estruturais a qualidade de serviço ao cliente, um adequado equilíbrio técnico e uma solidez económica, com adequados níveis de capital e solvência.

### 1.4.2 Produção

A atividade comercial de vendas totais obtida em 2019, através das redes do Novo Banco, do Novo Banco dos Açores, do Banco BEST e do Credibom, foi de 73.091 apólices, o que representa um crescimento em relação a 2018 de 6.455 apólices (+ 9,7%), ficando no entanto, aquém dos objetivos esperados.

De salientar a retoma da atividade comercial no ano corrente, invertendo uma tendência negativa que se verificava desde 2017. Em 2019, pela positiva, destacam-se os produtos Automóvel, Proteção Salário e Acidentes Pessoais Boas Vindas. Pela negativa, destaca-se o produto Proteção ao Crédito com um decréscimo de 2.410 apólices vendidas face ao ano anterior (ano em que as vendas do Proteção ao Crédito foram elevadas, acompanhando um período de retoma na concessão de crédito).

Acompanhando o crescimento do número de apólices vendidas, no ano de 2019 a GNBS manteve a tendência de crescimento da Carteira em Vigor, atingindo no final do ano um aumento de 1,1% (+ 4.933 apólices) face à carteira em vigor existente em dezembro de 2018.

	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
Nº de apólices vendidas	73.091	66.636	69.872	9,7%	-4,6%
Nº de apólices - carteira em vigor	445.388	440.455	435.996	1,1%	1,0%

Com um volume de 78.326 milhares de euros, os prémios brutos emitidos apresentaram um decréscimo de -0,2% face ao registado em 2018 (-145 milhares de euros), influenciado pelos decréscimos nos Seguros de Acidentes Pessoais (-806 milhares de euros) e de Doença (-453 milhares de euros). Dentro do ramo de Acidentes Pessoais, destaca-se o comportamento negativo face a 2018 do Seguro de Proteção ao Crédito, com um decréscimo de -12,0% (-1.132 milhares de euros). Importa sublinhar que o ano de 2018 foi um ano de forte crescimento deste ramo, superior ao do mercado.

Este decréscimo dos prémios brutos emitidos verificado na Companhia esteve em contraciclo com o registado no mercado dos seguros não vida, que continuou a crescer em 2019 a um ritmo assinalável (+ 7,9%), tendo registado inclusive a maior taxa de crescimento anual desde 2005. Como consequência, em 2019 a GNB Seguros baixou a sua quota de mercado global nos seguros não vida para 1,5%, mantendo, no entanto, o 13º lugar no ranking das seguradoras não vida.

Milhares de Euros	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS</b>	<b>78.326</b>	<b>78.471</b>	<b>77.252</b>	<b>-0,2%</b>	<b>1,6%</b>
Acidentes de Trabalho	308	138	105	123,9%	30,6%
Acidentes Pessoais	10.921	11.727	10.737	-6,9%	9,2%
Doença	25.513	25.966	26.471	-1,7%	-1,9%
Riscos Múltiplos	25.422	24.859	24.358	2,3%	2,1%
Automóvel	16.145	15.764	15.580	2,4%	1,2%
Diversos - Perdas Pecuniárias	18	17	0	0,8%	-
<b>Quota de Mercado</b>	<b>1,5%</b>	<b>1,6%</b>	<b>1,7%</b>		

### 1.4.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros de seguro direto (incluindo custos de gestão) atingiram os 49.526 milhares de euros, apresentando um decréscimo de 1,8% face a 2018.

A rubrica de “Prestações - montantes pagos” apresentou uma diminuição de 1.971 milhares de euros face ao período homólogo do ano anterior, o que compensou o aumento quer na “Variação da provisão para sinistros”, quer nos “Custos imputados à função sinistros”.

Os custos com sinistros líquidos de resseguro totalizaram 46.392 milhares de euros, diminuindo 1,8% face ao ano anterior, consequência do efeito do resseguro cedido, cujo impacto foi idêntico ao registado no ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>De seguro direto</b>	<b>(49.526)</b>	<b>(50.438)</b>	<b>(46.770)</b>	<b>-1,8%</b>	<b>7,8%</b>
Custos diretos com sinistros	(43.896)	(45.181)	(41.638)	-2,8%	8,5%
Prestações	(40.560)	(42.531)	(39.052)	-4,6%	8,9%
Variação da provisão para sinistros	(3.336)	(2.650)	(2.586)	25,9%	2,5%
Custos imputados à função sinistros	(5.630)	(5.257)	(5.131)	7,1%	2,5%
<b>De resseguro cedido</b>	<b>3.134</b>	<b>3.191</b>	<b>1.937</b>	<b>-1,8%</b>	<b>64,7%</b>
Montantes pagos	3.046	3.275	1.652	-7,0%	98,3%
Variação da provisão para sinistros	88	(84)	286	205,1%	-129,5%
<b>Custos com sinistros líquidos de resseguro</b>	<b>(46.392)</b>	<b>(47.248)</b>	<b>(44.832)</b>	<b>-1,8%</b>	<b>5,4%</b>

No que se refere às taxas de sinistralidade de seguro direto sem custos imputados (medida pela relação entre os custos com sinistros registados no exercício e os prémios adquiridos), verificamos uma diminuição de - 3,1 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

Nesta vertente, destacam-se as evoluções verificadas nos seguros de Riscos Múltiplos Habitação e Automóvel.

No Riscos Múltiplos Habitação registou-se uma taxa de sinistralidade de 37,4%, apresentando uma diminuição de - 18,5 pontos percentuais face a 2018. Este acentuado decréscimo na sinistralidade do

seguro direto é explicado essencialmente pelas melhores condições climatéricas registadas em 2019, quando comparadas com as gravosas condições climatéricas que ocorreram no 2º e 4º trimestre de 2018, em particular pela Tempestade Leslie.

A taxa de sinistralidade do Seguro Automóvel é de 88,5% em 2019 registando um aumento face à taxa registada no período homólogo do ano anterior (74,0%). Este aumento face ao ano anterior é explicado por 2 movimentos contrários: por um lado, em 2018 efetuaram-se regularizações significativas de provisionamento dos processos em curso; por outro lado, em 2019 reforçou-se o já habitual nível elevado de prudência, traduzido num acréscimo do nível de provisionamento para sinistros ocorridos e ainda não participados ou não suficientemente conhecidos.

<b>Taxa de Sinistralidade Seguro Directo (Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos)</b>					
	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Total</b>	<b>66,5%</b>	<b>69,3%</b>	<b>65,3%</b>	<b>- 2,8 pp</b>	<b>4,0 pp</b>
Custos diretos com sinistros	59,0%	62,1%	58,1%	- 3,1 pp	4,0 pp
Acidentes Pessoais	17,8%	21,7%	-0,5%	- 3,9 pp	22,2 pp
Doença	72,5%	70,5%	68,9%	2,1 pp	1,5 pp
Riscos Múltiplos	37,4%	55,9%	52,4%	- 18,5 pp	3,5 pp
Automóvel	88,5%	74,0%	67,9%	14,5 pp	6,0 pp
Custos imputados à função sinistros	7,6%	7,2%	7,2%	0,3 pp	0,1 pp

As taxas de sinistralidade líquidas de resseguro sem custos imputados à função sinistros registam uma diminuição de - 2,5 pp face a 2018, ligeiramente inferior à registada no Seguro Directo. Em 2019 continua a ser reduzido o impacto dos sinistros de resseguro cedido na sinistralidade global.

<b>Taxa de Sinistralidade Líq. Resseguro (Custos c/ Sinistros líquidos resseguro / Prémios Adquiridos líquidos resseguro)</b>					
	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Total</b>	<b>72,3%</b>	<b>74,3%</b>	<b>71,2%</b>	<b>- 2,0 pp</b>	<b>3,1 pp</b>
Custos diretos com sinistros	63,5%	66,0%	63,0%	- 2,5 pp	3,0 pp
Acidentes Pessoais	9,8%	53,0%	-75,6%	- 43,2 pp	128,6 pp
Doença	73,6%	71,3%	70,0%	2,3 pp	1,3 pp
Riscos Múltiplos	38,8%	57,6%	51,3%	- 18,8 pp	6,3 pp
Automóvel	88,2%	70,8%	76,6%	17,4 pp	- 5,7 pp
Custos imputados à função sinistros	8,8%	8,3%	8,1%	0,5 pp	0,1 pp

#### 1.4.4 Custos e Gastos de Exploração

Os custos de exploração líquidos apresentam um aumento de 9,0% em relação ao ano de 2018.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>(9.482)</b>	<b>(8.699)</b>	<b>(11.014)</b>	<b>9,0%</b>	<b>-21,0%</b>
Custos de aquisição	(10.527)	(10.607)	(11.582)	-0,8%	-8,4%
Comissões (Intermediação de produtos de Seguros)	(9.012)	(9.429)	(10.220)	-4,4%	-7,7%
Outras Comissões e Custos de Aquisição	(429)	(288)	(509)	48,9%	-43,4%
Custos imputados à função aquisição	(1.086)	(890)	(852)	22,0%	4,4%
Custos de aquisição diferidos (variação)	735	1.287	998	-42,9%	28,9%
Gastos administrativos	(3.921)	(2.717)	(3.446)	44,3%	-21,1%
Custos imputados à função administrativa	(3.921)	(2.717)	(3.446)	44,3%	-21,1%
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.231	3.338	3.016	26,7%	10,7%
Comissões de resseguros cedido	3.305	2.774	2.071	19,2%	33,9%
Participação nos resultados de resseguro	926	564	945	64,0%	-40,2%

Este aumento resulta de uma combinação de diferentes fatores distintos, em que se destacam:

- Diminuição de 4,4% nas comissões por intermediação de produtos de seguros.

As comissões diretamente associadas ao volume de prémios e as comissões associadas à evolução de carteira apresentam um decréscimo, naturalmente associado à diminuição do volume de negócios (as primeiras diminuem 0,5% / - 41 milhares de euros em relação ao período homólogo; as segundas apresentam um decréscimo de 15,8% / - 79 milhares de euros);

As Comissões Variáveis, associadas à evolução da carteira nos últimos 5 anos, ascendem a 1.010 milhares de euros, registando uma diminuição de 22,8% (- 298 milhares de euros) face às registadas no período homólogo do ano anterior.

- Aumento de 48,9% face ao período homólogo do ano anterior (+ 141 milhares de euros) em Outras Comissões e Custos de Aquisição, explicadas por diversas rúbricas:
  - ✓ Aumento dos custos de dinamização da rede, com + 106 milhares de euros do que o registado no período homólogo do ano anterior devido a um maior incremento na dinamização comercial em 2019
  - ✓ Diminuição das Comissões Extraordinárias dos designados “Planos” face ao período homólogo do ano anterior em - 12 milhares de euros, consequência da erosão da Carteira destes;
  - ✓ Aumento dos custos dos “Planos”, vendidos numa campanha de dinamização ocorrida há 10 anos e com efeito diferido no tempo, face ao seu custo no período homólogo do ano anterior (impacto de + 47 milhares de euros, resultante quer dos custos do diferimento da Campanha, quer do efeito conjugado entre a correção do diferimento de custos de contratos anulados e o acerto referente aos reembolsos efetuados pelos clientes nos Planos anulados).
- Efeito desfavorável nos Custos de Aquisição Diferidos com - 552 milhares de euros face a 2018, decorrente da associação dos custos de aquisição aos produtos de maior diferimento temporal, como são os associados à proteção ao crédito.

- Aumento dos custos imputados à função aquisição e à função administrativa decorrente do aumento dos custos operacionais.
- Aumento do valor das Comissões e participação nos resultados de resseguro cedido em 893 milhares de euros, decorrente dos bons resultados associados.

As comissões e participação nos resultados de resseguro dos Acidentes Pessoais incluem custos de aquisição diferidos referentes a resseguro, nomeadamente no que se refere aos seguros de “Proteção ao Crédito” e “Proteção Salários”, considerando a duração dos contratos.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Custos de Exploração Líquidos</b>	<b>(9.482)</b>	<b>(8.699)</b>	<b>(11.014)</b>	<b>9,0%</b>	<b>-21,0%</b>
Acidentes de Trabalho	(14)	1	(23)	1328,6%	-104,9%
Acidentes Pessoais	1.611	1.509	1.371	6,7%	10,1%
Doença	(2.790)	(2.680)	(3.089)	4,1%	-13,2%
Riscos Múltiplos	(5.479)	(4.413)	(6.295)	24,2%	-29,9%
Automóvel	(2.807)	(3.116)	(2.978)	-9,9%	4,6%
Diversos	(3)	(1)	0	512,7%	-
<b>Custos de Exploração Seguro Directo</b>	<b>(13.713)</b>	<b>(12.037)</b>	<b>(14.029)</b>	<b>13,9%</b>	<b>-14,2%</b>
Acidentes de Trabalho	(61)	(24)	(38)	148,3%	-35,1%
Acidentes Pessoais	(2.499)	(1.727)	(1.567)	44,7%	10,2%
Doença	(2.864)	(2.756)	(3.152)	3,9%	-12,6%
Riscos Múltiplos	(5.479)	(4.413)	(6.295)	24,2%	-29,9%
Automóvel	(2.807)	(3.116)	(2.978)	-9,9%	4,6%
Diversos	(3)	(1)	0	512,7%	-
<b>Comissões e participação nos resultados de resseguro</b>	<b>4.231</b>	<b>3.338</b>	<b>3.016</b>	<b>26,7%</b>	<b>10,7%</b>
Acidentes de Trabalho	47	25	15	83,3%	72,7%
Acidentes Pessoais	4.109	3.236	2.938	27,0%	10,2%
Doença	74	76	63	-2,6%	20,9%
Riscos Múltiplos	0	0	0	-	-
Automóvel	0	0	0	-	-
Diversos	0	0	0	-	-

#### 1.4.5 Gastos Gerais por Natureza

Os custos e gastos por natureza a imputar apresentaram em 2019 um aumento de 1.791 milhares de euros (+ 19,8%) em relação ao período homólogo do ano anterior.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>CUSTOS IMPUTADOS POR FUNÇÕES</b>	<b>(10.855)</b>	<b>(9.064)</b>	<b>(9.562)</b>	<b>19,8%</b>	<b>-5,2%</b>
Custos com sinistros	(5.630)	(5.257)	(5.131)	7,1%	2,5%
Custos de aquisição	(1.086)	(890)	(852)	22,0%	4,4%
Gastos administrativos	(3.921)	(2.717)	(3.446)	44,3%	-21,1%
Custos de gestão de investimentos	(219)	(200)	(133)	9,4%	50,9%

A distribuição dos custos por natureza a imputar pelas diversas funções é feita por imputação direta às funções (para as rubricas que se identificam com as funções) e por imputação em função da % de tempo dedicada a cada função pelos colaboradores da Companhia (tendo por base os Centros de Custo, representativos da estrutura funcional e organizacional).

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
	<b>CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR</b>	<b>(10.855)</b>	<b>(9.064)</b>	<b>(9.562)</b>	<b>19,8%</b>
<b>GASTOS DE NATUREZA OPERACIONAL</b>	<b>(10.673)</b>	<b>(8.895)</b>	<b>(9.458)</b>	<b>20,0%</b>	<b>-6,0%</b>
Gastos com pessoal	(3.662)	(2.462)	(2.462)	48,7%	0,0%
Fornecimentos e serviços externos	(6.593)	(6.003)	(6.323)	9,8%	-5,1%
Impostos e taxas	(309)	(314)	(309)	-1,3%	1,3%
Depreciações e amortizações do exercício	(108)	(117)	(365)	-7,6%	-67,9%
<b>GASTOS DE NATUREZA FINANCEIRA</b>	<b>(183)</b>	<b>(169)</b>	<b>(104)</b>	<b>8,1%</b>	<b>63,0%</b>
Juros suportados	0	0	0	-	-
Comissões	(183)	(169)	(104)	8,1%	63,0%
Outras provisões	0	0	0	-	-

Decorrente desta nova fase de preparação e de início de uma nova organização para dar resposta à estratégia de desenvolvimento da Companhia que foi referida anteriormente, é necessário dotar a Companhia dos recursos adequados.

Depois de nos últimos 10 anos termos desenvolvido a nossa atividade em que muitos dos recursos humanos e materiais eram comuns e partilhados com outras empresas do Grupo Novo Banco, em particular com a GNB Vida, as alterações acionistas em ambas as entidades (recorde-se que a operação de venda pelo Novo Banco da participação de 100% que detinha na GNB Vida ocorreu no 3º trimestre de 2019) conduziu à implementação efetiva de ações já previstas de “autonomização” da GNB Seguros.

Como tal, verificou-se um conseqüente aumento no investimento e nos gastos de natureza operacional da GNB Seguros, ascendendo estes a 10.673 milhares de euros no final de 2019, apresentando um crescimento significativo (+20,0%) comparativamente a 2018. De referir que estes gastos incluem na rubrica de fornecimentos e serviços externos, os custos relacionados com a gestão de serviços de Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho efetuados por entidades externas, que são registados primeiro nesta natureza e posteriormente integralmente imputados à função sinistros. Excluindo estes, os gastos de natureza operacional ascenderiam a 8.010 milhares de euros e apresentariam um crescimento de 29,0% face ao ano anterior.

Os “Gastos com Pessoal” totalizaram 3.662 milhares de euros, registando uma forte evolução face ao ano anterior (+48,7%), traduzindo a reestruturação organizacional da GNB Seguros. Para este crescimento contribuiu não só o reforço do quadro de pessoal, com novos colaboradores a reforçarem o quadro de efetivos, mas também um aumento salarial generalizado para todos os colaboradores da Companhia, efetuado com efeitos a janeiro de 2019, algo que não se tinha verificado nos últimos anos.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” (FSE) ascendem a 6.593 milhares de euros (incluindo os honorários pela prestação de serviços externos relacionados com a gestão dos produtos Saúde, Auto, Acidentes Pessoais e Acidentes de Trabalho no valor de 2.663 milhares de euros) e registam um aumento face ao ano anterior de 590 milhares de euros (+ 9,8%), explicado essencialmente por novos investimentos relacionados com a “autonomização” da Companhia, traduzidos pelas rubricas de “Conservação e reparação em equipamento informático” com um aumento de 339 milhares de euros e “Consultoria” com um aumento de 117 milhares de euros.

A evolução dos “Impostos e Taxas” (- 1,3%) face a 2018 é devida principalmente à “Taxa para a ASF”, decorrente da diminuição do volume de prémios da Companhia.

As “Depreciações e amortizações do exercício” registaram um valor de 108 milhares de euros, diminuindo 9 milhares de euros (- 7,6%) face a 2018, o que se explica pelo término do período de vida útil de alguns bens do parque Imobilizado da Companhia (essencialmente nas rubricas de “Software” e de “Equipamento Informático”) e a um reduzido volume de novos investimentos contrariamente ao que estava previsto, face a algum diferimento do início do plano de “autonomização”.

#### 1.4.6 Rácio Combinado

O rácio combinado líquido de resseguro da GNB Seguros em 2019 foi de 87%, mantendo-se num bom nível e em tendência de ligeira melhoria face ao verificado em anos anteriores, apesar da manutenção de uma política prudente de provisionamento técnico

A evolução dos rácios de custos com sinistros líquidos de resseguro e custos de exploração líquidos de resseguro em relação aos prémios adquiridos líquidos de resseguro foi a seguinte:

	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Rácio de Despesas líquidas de resseguro</b> (Custos e Gastos de Exploração liq.resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	<b>14,8%</b>	<b>13,7%</b>	<b>17,5%</b>	<b>1,1 pp</b>	<b>- 3,8 pp</b>
Doença	11,1%	10,4%	11,9%	0,7 pp	- 1,4 pp
Riscos Múltiplos	23,2%	19,2%	28,0%	3,9 pp	- 8,7 pp
Automóvel	19,7%	22,3%	21,8%	- 2,6 pp	0,4 pp
<b>Rácio de Sinistralidade líquida de resseguro</b> (Custos com Sinistros liq. Resseguro / Prémios Adquiridos liq.resseguro)	<b>72,3%</b>	<b>74,3%</b>	<b>71,2%</b>	<b>- 2,0 pp</b>	<b>3,1 pp</b>
Doença	83,2%	80,9%	79,7%	2,3 pp	1,2 pp
Riscos Múltiplos	45,4%	63,8%	57,0%	- 18,4 pp	6,8 pp
Automóvel	99,3%	80,2%	86,1%	19,1 pp	- 5,9 pp
<b>Rácio combinado, líquido de resseguro</b>	<b>87,0%</b>	<b>88,0%</b>	<b>88,6%</b>	<b>- 0,9 pp</b>	<b>- 0,7 pp</b>
Doença	94,4%	91,3%	91,6%	3,0 pp	- 0,2 pp
Riscos Múltiplos	68,6%	83,1%	84,9%	- 14,5 pp	- 1,9 pp
Automóvel	119,0%	102,5%	108,0%	16,5 pp	- 5,5 pp

#### 1.4.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas apresentam um aumento de 9,0% em relação a 2018, situando-se nos 84.307 milhares de euros.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Provisões técnicas</b>	<b>84.307</b>	<b>77.377</b>	<b>70.182</b>	<b>9,0%</b>	<b>10,3%</b>
Provisão para prémios não adquiridos	35.283	32.113	27.701	9,9%	15,9%
Provisão para sinistros	41.311	37.974	35.324	8,8%	7,5%
De acidentes de trabalho	538	134	82	302,3%	62,4%
De outros ramos	40.773	37.841	35.242	7,7%	7,4%
Provisão para participação nos resultados	0	0	0	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	3.098	2.826	2.571	9,6%	9,9%
Provisão para riscos em curso	2.616	2.464	2.587	6,2%	-4,7%
Outras provisões técnicas	2.000	2.000	2.000	0,0%	0,0%

Esta evolução está fortemente influenciada pelo aumento da provisão para prémios não adquiridos (+ 3.170 milhares de euros do que em 2018, o que significa um crescimento de 9,9%) com especial relevância para o seguro de Proteção ao Crédito (aumento de 2.853 milhares euros face ao ano anterior), consequência do forte aumento dos prémios brutos emitidos registado neste produto nos últimos anos (trata-se de um produto com duração do risco a vários anos e com emissão de prémio único inicial, havendo assim que efetuar um diferimento do prémio ao longo da vida útil do contrato, feito através desta provisão).

Variação idêntica (crescimento de 8,8%, + 3.336 milhares de euros do que no ano anterior) verificou-se na provisão para sinistros, em particular nos seguros Automóvel (+ 2.635 milhares de euros), Acidentes Pessoais Dia-a-Dia (+ 324 milhares de euros) e Acidentes de Trabalho (+ 393 milhares de euros).

Sem prejuízo de manter como eixo da sua atuação uma permanente adequação do nível de provisionamento às suas responsabilidades, a Companhia manteve uma abordagem prudente e conservadora na determinação do nível de provisionamento.

Tal situação é mais relevante no seguro Automóvel, nomeadamente no que se refere a responsabilidades com danos corporais, para fazer face à incerteza e volatilidade associada aos sinistros, em número ou custo, numa carteira relativamente reduzida.

#### 1.4.8 Atividade Financeira

O valor total dos ativos financeiros (incluindo depósitos bancários) totalizou 108.664 milhares de euros no final de 2019, sendo constituído na sua maioria por obrigações, depósitos à ordem e depósitos a prazo. O total de Investimentos apresentou um aumento de 5,5% em relação a 2018.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>108.664</b>	<b>102.961</b>	<b>103.451</b>	<b>5,5%</b>	<b>-0,5%</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.812	3.194	9.044	-12,0%	-64,7%
Ativos financeiros valorizados ao justo valor	96.021	96.285	88.407	-0,3%	8,9%
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9.831	3.481	6.000	182,4%	-42,0%

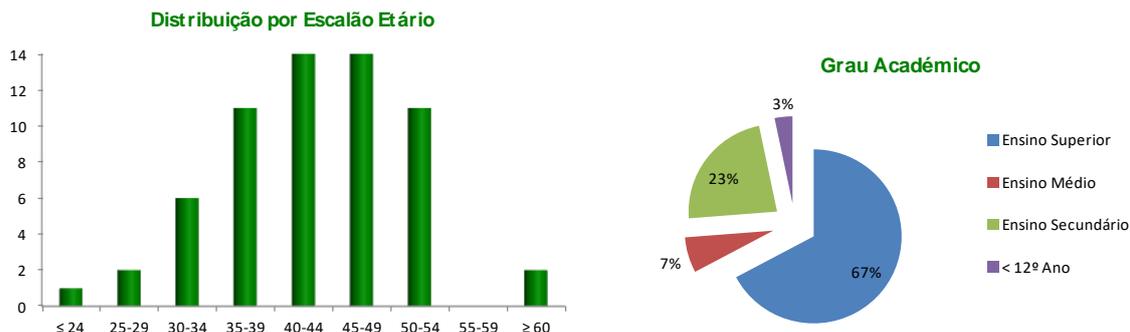
Em 2019 verificou-se uma diminuição nos rendimentos líquidos de gastos financeiros, no valor de 231 milhares de euros, consequência da diminuição da rentabilidade dos títulos por efeito da descida das taxas de juro e um aumento nos ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, no valor de 152 milhares de euros, originado pela maior realização de valias comparativamente com o ano anterior. Os resultados obtidos na atividade financeira líquida apresentaram uma diminuição de 17,5% face a 2018.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>Atividade Financeira Líquida</b>	<b>1.075</b>	<b>1.303</b>	<b>2.045</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-36,3%</b>
Rendimentos líquidos de gastos financeiros	852	1.084	1.255	-21,3%	-13,7%
Ganhos líquidos de ativos e passivos	287	135	790	112,8%	-83,0%
Perdas de Imparidade	(64)	85	0	175,5%	-

### 1.4.9 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019, a GNB Seguros tinha 61 colaboradores com vínculo contratual à Companhia, mais 3 do que no final de 2018, dos quais 59 como efetivos (mais 9 efetivos que em 2018).

Com uma média de idades de 43 anos, o escalão etário entre os 40 e os 49 anos é o que tem maior número de colaboradores. No que se refere à formação académica, 67% dos colaboradores têm formação académica de nível superior.



### 1.4.10 Resultado do Exercício e Capital Próprio

A GNB Seguros atingiu em 2019 um resultado líquido de 6.515 milhares de euros, representando 8,3% dos prémios brutos emitidos (8,4% em 2018) e uma diminuição de 1,5% em relação ao ano anterior, apresentando no entanto, um resultado superior ao previsto.

(Unidade: Milhares de euros)	2019	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>33.050</b>	<b>30.916</b>	<b>31.372</b>	<b>6,9%</b>	<b>-1,5%</b>
Capital	15.000	15.000	15.000	0,0%	0,0%
Reservas de reavaliação	2.411	1.198	2.789	101,2%	-57,1%
Reserva por impostos diferidos	(603)	(299)	(697)	101,2%	-57,1%
Ajustamento (overlay approach)	650	(59)	0	1197,1%	-
Outras reservas	9.027	8.365	7.955	7,9%	5,2%
Resultados transitados	50	100	3	-49,5%	3340,3%
Resultado do exercício	6.515	6.612	6.322	-1,5%	4,6%

O capital próprio, no valor de 33.050 milhares de euros, apresentou um aumento de 6,9% (+ 2.134 milhares de euros) relativamente ao verificado em 31 de dezembro de 2018.

Esta evolução do Capital Próprio, para além do contributo favorável do Resultado Líquido do exercício, é explicada pela variação favorável ocorrida na Reserva de Reavaliação e pela distribuição de dividendos aos acionistas, no valor de 6.000 milhares de euros, referentes ao exercício de 2018.

### 1.4.11 Solvência II

O regime de Solvência II, que entrou em vigor em 2016, destaca-se não só por uma avaliação dos ativos e passivos baseada em princípios económicos mas também num alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

Ao longo do exercício, a GNB Seguros procedeu à avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos. Na determinação das suas responsabilidades, a Companhia não recorre às medidas transitórias previstas no normativo em vigor, com exceção do ajustamento de volatilidade.

À data do presente relatório e de acordo com a informação reportada à ASF referente ao último trimestre de 2019, a situação de Solvência II da Companhia resume-se no quadro seguinte, apresentando valores bastante confortáveis quando comparados aos requisitos regulamentares e ao definido na Política de Appetite ao Risco da Companhia.

#### MARGEM DE SOLVÊNCIA II

(Unidade: Milhares de euros)	2019 (*)	2018	2017	Var.2019/ 2018	Var.2018/ 2017
Fundos Próprios	45.109	39.528	37.997	14,1%	4,0%
Requisito de Capital de Solvência (SCR)	19.894	17.546	17.927	13,4%	-2,1%
Excesso/(insuficiência)	25.215	21.982	20.071	14,7%	9,5%
Rácio SCR	226,7%	225,3%	212,0%	1,5 pp	13,3 pp

(\*) Elementos previsionais, considerando a estimativa de distribuição de dividendos proposta pelo Conselho de Administração e incluída no presente relatório, e ainda sujeitos a auditoria no âmbito do reporte prudencial da informação anual a enviar à ASF em Maio de 2020.

### 1.4.12 Síntese e Perspetivas

Em termos globais, no ano de 2019 a GNB Seguros verificou um crescimento global da atividade de vendas, com particular relevo para o sucesso da campanha de dinamização com o Novo Banco do início de 2019, o produto de Acidentes Pessoais vendido através de Telemarketing com o Banco Credibom e a dinamização do segmento “negócios” (pequenas e microempresas geridas na rede de retalho). Por outro lado, o desenvolvimento da atividade em alguns produtos como o Seguro de Saúde, Seguro de Proteção ao Crédito e Seguro de Garantia de Usados ficaram aquém das expectativas.

Na tendência dos últimos anos, em 2019 a GNB Seguros apresentou também bons resultados nas vertentes técnica e financeira, sinais de carteiras de apólices e de ativos “saudáveis”, manteve uma eficiência operacional demonstrado pelo bom nível do rácio combinado obtido e demonstrou uma elevada solidez financeira e prudencial, com rácios de solvência acima de 200% nos últimos 3 anos.

Como tínhamos perspetivado no ano anterior, o ano de 2019 foi também o de início de uma adequação da estrutura organizacional e de preparação para uma nova fase de desenvolvimento da Companhia, integrada no plano estratégico de médio e longo prazo do Grupo Crédit Agricole Assurances, agora acionista maioritário.

Tendo como pilares o serviço ao cliente, a responsabilidade e proximidade no projeto humano e o compromisso social, nos próximos anos a GNB Seguros procurará desenvolver a sua atividade

reforçando a sua relação com os diversos parceiros de negócio, adequar o seu modelo de organização, meios e processos aos novos desafios e investir nas pessoas e no contributo para uma sociedade mais equilibrada.

Assim, será fundamental continuar a fidelizar e aumentar gradualmente o nível de equipamento dos clientes dos seus distribuidores, complementando os canais atuais com novos meios que permitam facilitar o contato e a relação com os clientes. Por outro, estar preparada para responder às necessidades crescentes dos clientes, alargando a oferta de produtos de seguros a disponibilizar.

Para isso será fundamental inovar e modernizar-se, autonomizando a sua estrutura e dotando-se dos recursos e meios para responder de forma adequada às exigências de todos os seus interlocutores sem perder o que têm sido as suas referências: um adequado modelo de governo, um equilíbrio técnico e uma correta gestão dos seus riscos que lhe permitam assegurar a manutenção de uma eficiência operacional, solidez financeira e prestação de níveis de serviço de excelência.

As semanas que decorreram entre o término do exercício de 2019 e a data deste relatório trouxeram-nos uma visão do futuro com desafios acrescidos. De facto, o assunto relativo ao coronavírus e à doença designada por COVID-19 tem tido desenvolvimentos sensíveis nas últimas semanas em diversos países, incluindo Portugal, havendo notícias que indicam que a economia mundial, incluindo naturalmente a portuguesa, pode vir a ser afetada por efeitos diretos ou indiretos provocados por esta pandemia.

Neste contexto, a Companhia tem vindo a adotar as medidas necessárias para garantir a proteção dos seus colaboradores e, em simultâneo, assegurar a continuidade das operações, permitindo continuar a prestar o serviço que os nossos clientes e parceiros de nós esperam. Continuaremos atentos ao desenrolar dos acontecimentos e agiremos em conformidade com as necessidades dos nossos colaboradores, clientes e parceiros, tendo em conta as recomendações das diversas autoridades.

Dada a incerteza desses eventuais efeitos, não conseguimos estimar nem quantificar à presente data, os impactos futuros que tal situação possa trazer ao nível da economia global e em particular ao nível do próprio negócio da Companhia.

Contudo, embora se adivinhem tempos futuros mais difíceis, acreditamos que tal situação não porá em causa a estratégia definida.

Com uma sólida estrutura técnica, financeira e económica, com o suporte dos nossos acionistas, o apoio dos nossos parceiros de negócio e o compromisso dos nossos colaboradores, teremos reunidas as bases fundamentais para que a GNB Seguros continue a desenvolver a sua atividade tendo por base o modelo de bancaseguros e permita continuar a acrescentar valor para todos os “*stakeholders*” dando também o seu contributo à sociedade.

## 1.5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício foi de 6.515.103,63 euros.

Adicionando a este resultado líquido o valor de 50.327,84 euros correspondente a resultados transitados, são suscetíveis de serem distribuídos 6.565.431,47 euros.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- 1) 10% do resultado líquido do exercício, no valor de 651.511,00 euros, para Reserva Legal;
- 2) O valor de 5.865.000,00 euros para distribuição de dividendos aos acionistas, sendo 5.863.592,63 euros por aplicação do resultado do exercício e 1.407,37 euros por distribuição de resultados transitados.

## 1.6. Nota final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da GNB-Companhia de Seguros, S.A..

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento pela confiança dos clientes e apoio dos acionistas, bem como o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados pelos colaboradores, fundamentais para que a GNB Seguros continue a atingir os objetivos a que se propõe.

Desejamos expressar também o nosso reconhecimento à imprescindível colaboração prestada pelo Grupo Crédit Agricole e pelo Grupo Novo Banco.

Registamos também com elevado apreço a ação do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e pela Associação Portuguesa de Seguradores, nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 12 de março de 2020

O Conselho de Administração

## 2. Demonstrações Financeiras e Anexo às Demonstrações Financeiras

## 2.1. Conta de Ganhos e Perdas

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

 CONTA DE GANHOS E PERDAS  
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Conta de Ganhos e Perdas	Notas do Anexo	dezembro 2019			dezembro 2018
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Valores em euros
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	64.208.498	-	64.208.498	63.611.127
Prémios brutos emitidos		78.326.427	-	78.326.427	78.471.213
Prémios de resseguro cedido		(13.721.507)	-	(13.721.507)	(14.633.519)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(3.905.295)	-	(3.905.295)	(5.698.646)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		3.508.874	-	3.508.874	5.472.079
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(46.391.585)	-	(46.391.585)	(47.247.609)
Montantes pagos		(43.143.525)	-	(43.143.525)	(44.513.469)
Montantes brutos		(46.189.355)	-	(46.189.355)	(47.788.529)
Parte dos resseguradores		3.045.830	-	3.045.830	3.275.060
Provisão para sinistros (variação)		(3.248.060)	-	(3.248.060)	(2.734.140)
Montante bruto		(3.336.494)	-	(3.336.494)	(2.649.961)
Parte dos resseguradores		88.434	-	88.434	(84.179)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	7	(423.639)	-	(423.639)	(132.740)
Custos e gastos de exploração líquidos	8	(9.481.838)	-	(9.481.838)	(8.699.336)
Custos de aquisição		(10.526.756)	-	(10.526.756)	(10.606.998)
Custos de aquisição diferidos (variação)		735.028	-	735.028	1.286.648
Gastos administrativos		(3.920.823)	-	(3.920.823)	(2.717.009)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		4.230.713	-	4.230.713	3.338.023
Rendimentos	9	1.071.013	605	1.071.619	1.283.862
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1.013.786	605	1.014.391	1.228.806
De outros		57.227	-	57.227	55.056
Gastos financeiros		(219.142)	-	(219.142)	(200.258)
De outros		(219.142)	-	(219.142)	(200.258)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	12	160.253	-	160.253	134.699
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		160.253	-	160.253	134.699
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	13	1.072.593	-	1.072.593	(79.047)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	14	(63.984)	-	(63.984)	84.775
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		(11.419)	-	(11.419)	(120)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		(50.002)	-	(50.002)	29.488
De outros		(2.563)	-	(2.563)	55.407
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	13	(946.261)	-	(946.261)	79.047
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro	15	(5.422)	-	(5.422)	(4.820)
Outros rendimentos / gastos	15	-	(38.177)	(38.177)	44.162
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>8.980.487</b>	<b>(37.572)</b>	<b>8.942.915</b>	<b>8.873.862</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24	-	(2.570.152)	(2.570.152)	(2.305.221)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24	-	142.341	142.341	43.126
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				<b>6.515.104</b>	<b>6.611.767</b>
Resultado por ação básico				2,17	2,20

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 2.2. Demonstração da posição financeira

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S. A.

ATIVO  
EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Valores em euros			
		dezembro 2019			dezembro 2018
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>ATIVO</b>					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	2.831.277	(19.614)	2.811.663	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	17	5.132.950	-	5.132.950	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	18	90.944.521	(56.296)	90.888.225	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19	9.900.011	(68.587)	9.831.424	3.481.419
Outros ativos tangíveis	20	964.992	(913.668)	51.324	5.540
Outros ativos intangíveis	21	12.587.789	(12.171.430)	416.360	492.247
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	14.338.103	-	14.338.103	12.903.784
Provisão para prémios não adquiridos		9.652.498	-	9.652.498	8.306.613
Provisão para sinistros		4.685.605	-	4.685.605	4.597.171
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23	6.100.160	-	6.100.160	4.776.653
Contas a receber por operações de seguro direto		906.877	-	906.877	1.358.087
Contas a receber por outras operações de resseguro		3.850.491	-	3.850.491	2.873.141
Contas a receber por outras operações		1.342.791	-	1.342.791	545.425
Ativos por impostos	24	18.152	-	18.152	489.747
Ativos por impostos correntes		18.152	-	18.152	324.253
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	165.494
Acréscimos e diferimentos	25	160.401	-	160.401	235.151
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>142.978.355</b>	<b>(13.229.595)</b>	<b>129.748.760</b>	<b>121.863.669</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

GNB - COMPANHIA DE SEGUROS, S A

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Demonstração da posição financeira	Notas do Anexo	Valores em euros	
		dezembro 2019	dezembro 2018
<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>PASSIVO</b>			
Provisões técnicas	22	84.307.394	77.376.994
Provisão para prémios não adquiridos		35.282.923	32.112.655
Provisão para sinistros		41.310.700	37.974.206
De acidentes de trabalho		537.577	133.610
De outros ramos		40.773.123	37.840.596
Provisão para desvios de sinistralidade		3.098.188	2.826.192
Provisão para riscos em curso		2.615.583	2.463.941
Outras provisões técnicas		2.000.000	2.000.000
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	11	122.000	122.000
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26	3.688.739	5.348.183
Contas a pagar por operações de seguro directo		466.609	1.672.685
Contas a pagar por outras operações de resseguro		2.571.054	3.271.883
Contas a pagar por outras operações		651.076	403.615
Passivos por impostos	24	1.330.738	733.880
Passivos por impostos correntes		1.098.845	733.880
Passivos por impostos diferidos		231.893	-
Acréscimos e diferimentos	27	6.597.006	6.714.013
Outras Provisões	28	652.635	652.635
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>96.698.512</b>	<b>90.947.705</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	29	15.000.000	15.000.000
Reservas de reavaliação		2.410.521	1.197.874
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		2.410.521	1.197.874
Reserva por impostos diferidos		(602.630)	(299.469)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		650.411	(59.285)
Outras reservas		9.026.516	8.365.339
Resultados transitados		50.328	99.738
Resultado do exercício		6.515.104	6.611.767
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>33.050.249</b>	<b>30.915.964</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>129.748.760</b>	<b>121.863.669</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 2.3. Demonstração de Variações do Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Valores em euros

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição ( <i>overlay approach</i> )	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda / valorizados ao justo valor através de reservas			Reserva Legal	Outras reservas			
<b>Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2017</b>	<b>15.000.000</b>	<b>2.789.422</b>	<b>(697.356)</b>	<b>-</b>	<b>7.733.110</b>	<b>221.745</b>	<b>2.899</b>	<b>6.322.288</b>	<b>31.372.108</b>
Ajustamentos IFRS9 (de abertura)	-	-	-	-	-	-	(123.966)	-	(123.966)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(1.591.548)	-	-	-	-	-	-	(1.591.548)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição ( <i>overlay approach</i> )	-	-	-	(59.285)	-	-	-	-	(59.285)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	397.887	-	-	-	-	-	397.887
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	632.229	-	-	(632.229)	-
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(941)	(5.690.059)	(5.691.000)
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	(221.745)	221.745	-	-
<b>Total da variação do capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>(1.591.548)</b>	<b>397.887</b>	<b>(59.285)</b>	<b>632.229</b>	<b>(221.745)</b>	<b>96.839</b>	<b>(6.322.288)</b>	<b>(7.067.911)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.611.767	6.611.767
<b>Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>15.000.000</b>	<b>1.197.874</b>	<b>(299.469)</b>	<b>(59.285)</b>	<b>8.365.339</b>	<b>-</b>	<b>99.738</b>	<b>6.611.767</b>	<b>30.915.964</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	1.212.647	-	-	-	-	-	-	1.212.647
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição ( <i>overlay approach</i> )	-	-	-	709.696	-	-	-	-	709.696
Ganhos líquidos por diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(303.161)	-	-	-	-	-	(303.161)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	661.177	-	-	(661.177)	-
Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(49.410)	(5.950.590)	(6.000.000,00)
<b>Total da variação do capital próprio</b>	<b>-</b>	<b>1.212.647</b>	<b>(303.161)</b>	<b>709.696</b>	<b>661.177</b>	<b>-</b>	<b>(49.410)</b>	<b>(6.611.767)</b>	<b>(4.380.818)</b>
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6.515.104	6.515.104
<b>Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.000.000</b>	<b>2.410.521</b>	<b>(602.630)</b>	<b>650.411</b>	<b>9.026.516</b>	<b>-</b>	<b>50.328</b>	<b>6.515.104</b>	<b>33.050.249</b>

## 2.4. Demonstração do Rendimento Integral

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Notas do Anexo	2019	2018
Resultado líquido do exercício		6.515.104	6.611.767
<b>Varição das reservas de reavaliação</b>			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	14	11.419	120
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	14	50.002	(29.488)
De outros	14	2.563	(55.407)
Vendas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	12	(160.253)	(134.699)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Varição do justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas		1.308.916	(1.372.074)
Varição dos impostos diferidos	24	(303.161)	397.887
<b>Outras variações de capital próprio</b>			
<i>Itens que poderão virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)		709.696	(59.285)
<b>Total do rendimento integral</b>		<b>8.134.285</b>	<b>5.358.821</b>

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## 2.5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

	2019	2018
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL</b>		
A Recebimentos		
Operações de Seguro	86.894.552	86.332.134
Operações de Resseguro	1.510.286	539.228
Outras Atividades Operacionais	150.902	95.703
B Pagamentos		
Operações de Seguro	(40.985.102)	(42.771.746)
Operações de Resseguro	(7.470.442)	(6.869.523)
Comissões	(9.290.291)	(12.823.939)
Outras Atividades Operacionais	(305.952)	(900)
C Pagamentos ao Pessoal	(1.423.130)	(1.248.323)
D Pagamentos a Fornecedores	(8.266.089)	(8.359.417)
E Outros pagamentos e recebimentos	(239.447)	713.980
F Impostos e Taxas	(9.758.229)	(9.193.869)
G Impostos sobre o rendimento	(2.376.899)	(878.878)
Fluxos de Atividade Operacionais (1)	8.440.159	5.534.450
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
H Recebimentos		
Alienação de Investimentos	54.096.349	31.695.159
Dividendos	56.932	55.056
Juros	1.042.423	1.176.220
Outros Rendimentos	5	57
I Pagamentos		
Aquisição de Investimentos	(57.830.381)	(38.619.592)
Aquisição de Imobilizado	(77.993)	-
Despesas de gestão, manutenção e outras	(110.102)	-
Fluxos de Atividade de Investimento (2)	(2.822.767)	(5.693.100)
<b>FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
J Pagamentos		
Dividendos	(6.000.000)	(5.691.000)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)	(6.000.000)	(5.691.000)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)	(382.607)	(5.849.650)
K Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3.194.270	9.043.920
L Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2.811.663	3.194.270

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

### Introdução

A Companhia (então designada por Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A) foi constituída por escritura celebrada em 12 de Setembro de 1996 com um Capital Social de €7.481.968,46, posteriormente atualizado para €15.000.000.

Em 27 de Junho de 2006 verificou-se a alteração do nome da Sociedade, passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA, com o N<sup>o</sup> 503 718 092, de pessoa coletiva e de matrícula na C.R.C. de Lisboa, com sede na Rua Castilho, 26-4<sup>o</sup> 1250-069 Lisboa, Portugal.

Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole, S.A., ficando este com o controlo de gestão da Companhia; os restantes 50% são detidos pelo Grupo Banco Espírito Santo e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 2008, ocorreram alterações ao nível da estrutura acionista da Companhia com a transmissão da participação detida pelo Crédit Agricole, S.A para a Crédit Agricole Assurances de 1.500.000 ações representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto.

Em Agosto de 2014 com a resolução do Banco Espírito Santo a titularidade das ações pertencentes ao Banco Espírito Santo, S.A. e que representam 24,99334% do capital da Companhia passou para o Novo Banco, S.A., tendo posteriormente a Companhia alterado a sua designação para GNB – Companhia de Seguros, S.A, (“GNB Seguros” ou “Companhia”) conforme decisão da Assembleia Geral de 9 de Dezembro de 2014 e autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de 30 de Dezembro de 2014.

Em 21 de Dezembro de 2018 verificou-se a aquisição por parte do acionista Crédit Agricole Assurances S.A (CAA) da participação de 25% detida pelas Seguradora Unidas, SA, passando assim o CAA a ser detentor de 75% das ações da Companhia.

A Companhia é consolidada nas demonstrações financeiras da Crédit Agricole Assurances S.A..

### Descrição da natureza do negócio

A GNB Seguros deu continuidade à sua atividade na área de Banca Seguros, ao servir os clientes particulares do Novo Banco, Novo Banco dos Açores, Banco BEST e Banco Credibom, com os produtos de base de seguros não-vida.

## NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras individuais da GNB Seguros agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março.

Este Plano de Contas tem por base as International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos na IFRS 4 - Contratos de Seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. A Companhia prepara as demonstrações financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade do negócio.

As demonstrações financeiras e respetivo anexo estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao justo valor através de ganhos. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. Na nota 3 identificam-se as principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 12 de Março de 2020. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Companhia, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 anexas encontram-se pendentes da aprovação pela Assembleia-geral de Acionistas, embora o Conselho de Administração admita que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## **2.2. Adoção da IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 9, a Companhia optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018).

A Companhia optou ainda pela aplicação da abordagem da sobreposição (“*Overlay Approach*”). A “*Overlay Approach*” está disponível para todos os emissores de contratos de seguro. Segundo esta abordagem, uma Companhia aplicará a IFRS 9, mas poderá reclassificar os valores entre a Conta de Ganhos e Perdas e Rendimento Integral para ativos financeiros elegíveis. Como resultado, para os ativos financeiros elegíveis que a Companhia seleciona, será reportado o mesmo ganho ou perda como se a IAS 39 tivesse sido aplicada a esses ativos. Isso permite que as entidades removam da Conta de Ganhos e Perdas a volatilidade adicional que pode surgir se a IFRS 9 for aplicada com a IFRS 4.

### **Imparidade de ativos financeiros**

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas.

As principais classes de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de imparidade de crédito previsto na IFRS 9, que a Companhia detém são os seguintes:

- Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem;
- Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas;
- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;

a) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Os depósitos em outras instituições de crédito foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas avaliando as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

b) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Os Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas foram considerados como tendo baixo risco, de modo que as perdas de imparidade foram determinadas para as perdas estimadas nos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas de crédito estimadas.

### **Abordagem da sobreposição (*overlay approach*)**

Uma seguradora pode optar por aplicar a abordagem de sobreposição descrita no parágrafo 35B da IFRS 4, apenas quando aplica pela primeira vez a IFRS 9.

Um ativo financeiro é elegível para designação para a abordagem de sobreposição se, e só se, estiverem preenchidos os seguintes critérios:

- É mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IFRS 9 mas não teria sido totalmente mensurado pelo justo valor através dos resultados por aplicação da IAS 39; e
- Não é detido relativamente a uma atividade que não esteja ligada a contratos abrangidos pela IFRS 4.

A Companhia cumpre os requisitos da abordagem de sobreposição para os instrumentos financeiros que pelos critérios de classificação da IAS 39 eram considerados como ativos financeiros disponíveis para venda e pelos critérios de classificação da IFRS 9 foram reclassificados para a classe de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os ativos financeiros em contenda são instrumentos de capital (unidades de participação em fundos de investimento e ações) uma vez que não cumprem com as características dos fluxos de caixa contratuais do teste SPPI (*solely payments of principal and interest*), conforme descrito na nota 17.

A Companhia aplica a abordagem de sobreposição a um ativo financeiro designado até que esse ativo financeiro seja desreconhecido.

### **2.3. Especialização de Exercícios**

Os rendimentos e ganhos e os custos, gastos e perdas são considerados quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento do recebimento ou pagamento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

### **2.4. Responsabilidade por Férias e Subsídio de Férias**

Esta responsabilidade está refletida na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo, representando dois meses de remuneração a auferir pelos empregados em 2020 e respetivos encargos, ficando assim representadas as responsabilidades legais existentes, uma vez que o direito a estas remunerações foi adquirido no exercício de 2019.

### **2.5. Operações em Moeda Estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em

moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## 2.6. Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Atualmente, a Companhia não detém qualquer instrumento financeiro derivado e não faz contabilidade de cobertura.

### *Derivados embutidos*

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## 2.7. Outros Ativos Financeiros (ver anexo 1)

### ***Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018***

#### Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

#### Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de reservas;

(iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

A 31 de dezembro de 2019, a classificação dos ativos financeiros da Companhia por categoria encontram-se nas Notas 17, 18 e 19.

### Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros não valorizados ao justo valor por vida de ganhos e perdas. Os custos de transação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”, nos rendimentos.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de reservas, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos / (perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de reservas que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente em reservas, no Capital Próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

### Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores.

A Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo. São detalhados na Nota 30 (Gestão dos riscos de atividade) os procedimentos adotados pela Companhia para verificar se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

### Reclassificação entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados. A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital valorizados ao justo valor por reservas, nem de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para ações e unidades de participação de fundos transacionados em bolsa, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através dos preços das ações, unidades de participação e futuros disponibilizados no mercado.
- Para as obrigações e unidades de participação de fundos não listados em bolsa, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente, depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes

## 2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A 31 de dezembro de 2018 e 2019, a Companhia apenas tem passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, nomeadamente “outros credores por operações de seguros e outras operações”.

## 2.9. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, englobando as despesas necessárias à sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,50%
Máquinas e ferramentas	20 a 25%
Equipamento informático	10 a 33,33%
Instalações interiores	10%
Material de transporte	25%
Outros Equipamentos	12,50%
Património artístico	12,50%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.10. Ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software*, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, utilizando-se as seguintes taxas anuais, que refletem de forma razoável o período de vida útil estimada dos bens:

Despesas de constituição e instalação	33,33%
Despesas de investigação e desenvolvimento	33,33%
Despesas em edifícios arrendados	10%
Equipamento informático ( <i>software</i> )	16,66% a 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## 2.11. Locações

A Companhia classifica as operações de locação no âmbito da IFRS 16, que inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requiere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras.

A norma reconhece duas exceções a este modelo:

- (1) Locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e,
- (2) Locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses).

Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

## 2.12. Benefícios aos empregados

### *Pensões*

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos mesmos termos que os estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) aplicáveis ao sector segurador.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Estas alterações mantiveram-se no Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016. Embora não sendo

subscritora deste Acordo, a Companhia decidiu manter e aplicar em 2016 os mesmos termos aí estabelecidos.

Das alterações referidas, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

Segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de Março de 2005, a Companhia deixou de ter responsabilidade com o plano de pensões dos Administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, relativa aos dois únicos participantes existentes no ano precedente, responsabilidade essa, que é integralmente assumida por outro associado.

#### *Plano de contribuição definida*

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem do ordenado base anual do trabalhador. Esta percentagem é de 3.25% desde 2017, sendo que o PIR tem capital garantido sobre as contribuições já realizadas. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para tal, a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido junto da GNB – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando em 2016 os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho aplicável ao sector segurador. A Companhia considera que transferiu a responsabilidade da garantia de capital do PIR para a referida entidade.

#### *Benefícios de saúde*

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo. O benefício está sob a forma de um seguro de saúde registado em custos do exercício.

#### *Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

#### *Distribuição de resultados aos empregados*

De acordo com a Política de Remunerações dos colaboradores e as disposições estatutárias, os acionistas podem aprovar anualmente em Assembleia-Geral um valor a ser distribuído aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pela Companhia aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

#### *Benefícios de cessação de emprego*

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando a Companhia cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando um empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A GNB Seguros reconhece a responsabilidade com benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas: na qual a Companhia deixa de poder retirar a oferta dos benefícios; ou na qual a GNB Seguros reconhece os gastos de uma reestruturação, no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos há mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

### **2.13. Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declaração de autoliquidação, elaborada de acordo com as normas fiscais vigentes, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior, contados a partir do exercício a que respeitam (doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para os exercícios de 2017 a 2019). Não se esperam ajustamentos às declarações já entregues.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

### **2.14. Outras Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos."

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

### **2.15. Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros ao justo valor através de reservas são reconhecidos nas rubricas de “Juros e proveitos similares” utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes em incumprimento e para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade de nível 3, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

### **2.16. Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

### **2.17. Contratos de seguro**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como proveitos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação. Assim, no final de cada exercício são realizadas determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

#### *Prémios*

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### *Custos de aquisição*

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

#### *Provisão para Prémios Não Adquiridos*

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

#### *Provisão para Sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao valor dos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2019 e ainda não participados (IBNR) e os custos diretos e indiretos associados com a regularização futura destes sinistros.

Esta provisão é calculada do seguinte modo:

- a) Com base na análise efetuada aos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- b) Pela aplicação de uma taxa, determinada individualmente para cada ramo através de estudos atuariais efetuados ao longo do exercício tendo por base as características específicas de cada um, ao valor dos custos do exercício relativos a sinistros declarados de cada ramo, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício;
- c) Pela projeção, dos custos associados à regularização dos sinistros já encerrados, aplicada aos sinistros em curso e à estimativa de sinistros ocorridos e ainda não participados.

#### *Provisão para Riscos em Curso*

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte, sendo calculada em conformidade com os critérios estabelecidos pela ASF.

#### *Provisão para Desvios de Sinistralidade*

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Esta provisão foi constituída para o risco de fenómenos sísmicos, calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

#### *Provisão para Envelhecimento*

A provisão para envelhecimento destina-se a fazer face ao valor atuarial dos compromissos da Companhia no ramo Doença após dedução do valor atuarial dos prémios futuros.

Esta provisão, é calculada tendo por base as previsões de permanência dos segurados em carteira (tabelas de mortalidade e estudo de anulações) e os níveis de sinistralidade.

#### *Provisões para o Resseguro Cedido*

Nas provisões calculadas para o resseguro cedido foram utilizados os critérios acima mencionados para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, assim como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

## 2.18. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua performance; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

Os segmentos operacionais da GNB Seguros são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

## 2.19. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

## 2.20. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## 2.21. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

## 2.22. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas aos ativos financeiros valorizado ao justo valor por reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas.

## 2.23. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados

com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registrados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor por reservas, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

## **2.24. Capital Social**

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

## **NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## **3.1. Julgamentos**

### **3.1.1 IFRS 9 - Instrumentos financeiros, Classificação e mensuração**

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise de características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

A companhia determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os ativos financeiros são geridos para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos ativos financeiros e a forma como esses riscos são geridos.

A Companhia monitoriza os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e ao justo valor através de reservas que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pela Companhia do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros.

### 3.2. Estimativas

#### 3.2.1. Imparidade dos ativos financeiros

##### *Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018*

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. As principais estimativas relativamente à imparidade são: aumento significativo do risco de crédito; probabilidade de incumprimento e perda dado o incumprimento.

#### 3.2.2. Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro anos ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da GNB Seguros, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### 3.2.3. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística, provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

### NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

#### *Segmento de negócio*

A GNB Seguros opera nos ramos “Não-Vida”, explorando os ramos “Riscos múltiplos habitação”, “Automóvel”, “Doença” e “Acidentes” no âmbito das autorizações concedidas pela Autoridade de supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designado por ASF).

A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal. Não existem transferências entre segmentos da companhia.

Relato por segmentos de negócio

Conta de Ganhos e Perdas

	2019							
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	68.120	1.132.480	25.091.102	23.638.180	14.271.373	7.244	-	64.208.498
Prémios brutos emitidos	308.088	10.920.922	25.512.822	25.421.952	16.145.103	17.540	-	78.326.427
Prémios de resseguro cedido	(221.121)	(9.776.657)	(351.181)	(1.600.746)	(1.754.934)	(14.868)	-	(13.721.507)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(18.848)	(3.518.658)	(70.539)	(183.026)	(118.795)	4.572	-	(3.905.296)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	3.508.874	-	-	-	-	-	3.508.874
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(426.210)	(170.130)	(20.885.260)	(10.734.172)	(14.175.796)	(17)	-	(46.391.585)
Montantes pagos	(40.911)	(123.246)	(20.936.547)	(10.483.924)	(11.558.879)	(17)	-	(43.143.525)
Provisão para sinistros (variação)	(385.299)	(46.884)	51.288	(250.248)	(2.616.917)	-	-	(3.248.060)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(105.258)	-	-	(271.997)	(46.384)	-	-	(423.639)
Custos e gastos de exploração líquidos	(13.780)	1.610.638	(2.789.699)	(5.478.626)	(2.807.028)	(3.343)	-	(9.481.838)
Custos de aquisição	(38.741)	(2.721.387)	(2.162.139)	(3.674.832)	(1.927.020)	(2.636)	-	(10.526.756)
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.403	661.483	5.093	39.854	24.882	(687)	-	735.028
Gastos administrativos	(26.183)	(438.946)	(707.137)	(1.843.647)	(904.890)	(19)	-	(3.920.823)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	46.741	4.109.488	74.484	-	-	-	-	4.230.713
Rendimentos	7.859	262.857	143.998	243.547	412.640	111	605	1.071.618,52
Gastos financeiros	(1.383)	(53.132)	(30.870)	(48.703)	(84.029)	(25)	-	(219.142)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	39.458	21.531	34.877	64.372	15	-	160.253
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	264.098	144.108	233.436	430.850	102	-	1.072.593
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(470)	(15.703)	(8.603)	(14.550)	(24.652)	(7)	-	(63.984)
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (overlay approach)	-	(232.992)	(127.135)	(205.941)	(380.104)	(90)	-	(946.261)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(21)	(756)	(1.766)	(1.760)	(1.118)	(1)	-	(5.422)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(38.177)	(38.177)
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(471.142)</b>	<b>2.836.817</b>	<b>1.557.406</b>	<b>7.393.291</b>	<b>(2.339.875)</b>	<b>3.990</b>	<b>(37.572)</b>	<b>8.942.915</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	135.404	(815.298)	(447.591)	(2.124.797)	672.469	(1.147)	10.798	(2.570.152)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(7.499)	45.152	24.789	117.676	(37.243)	64	(598)	142.341
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(343.237)</b>	<b>2.066.681</b>	<b>1.134.604</b>	<b>5.386.170</b>	<b>(1.704.649)</b>	<b>2.906</b>	<b>(27.372)</b>	<b>6.515.104</b>

	2018							
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	54.335	907.194	25.712.935	22.950.826	13.984.677	1.160	-	63.611.127
Prémios brutos emitidos	137.576	11.727.128	25.966.404	24.858.622	15.764.090	17.393	-	78.471.213
Prémios de resseguro cedido	(76.644)	(10.807.850)	(284.083)	(1.705.585)	(1.746.903)	(2.344)	-	(14.633.519)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(6.597)	(5.484.053)	(40.614)	(202.211)	(32.510)	(13.889)	-	(5.698.646)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	5.472.079	-	-	-	-	-	5.472.079
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(63.811)	(510.285)	(20.800.316)	(14.652.713)	(11.220.467)	(17)	-	(47.247.609)
Montantes pagos	(12.571)	(66.762)	(19.253.348)	(13.494.517)	(11.686.254)	(17)	-	(44.513.469)
Provisão para sinistros (variação)	(51.240)	(443.523)	(1.546.968)	(1.158.196)	465.787	-	-	(2.734.140)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(5.818)	-	-	(255.361)	128.439	-	-	(132.740)
Custos e gastos de exploração líquidos	1.122	1.509.029	(2.679.846)	(4.412.870)	(3.116.224)	(545)	-	(8.699.336)
Custos de aquisição	(11.517)	(2.739.679)	(2.207.536)	(3.167.669)	(2.457.982)	(2.814)	-	(10.609.968)
Custos de aquisição diferidos (variação)	208	1.301.751	(27.729)	23.859	(13.528)	2.088	-	1.286.648
Gastos administrativos	(13.065)	(289.100)	(521.051)	(1.249.060)	(644.714)	(19)	-	(2.717.009)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	25.496	3.236.057	76.470	-	-	-	-	3.338.023
Rendimentos	2.481	271.527	195.620	291.400	522.762	72	-	1.283.862
Gastos financeiros	(387)	(42.353)	(30.513)	(45.453)	(81.541)	(11)	-	(200.258)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	28.543	20.564	30.632	54.953	7	-	134.699
Perdas de imparidade (líquidas reversão) de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	17.964	12.942	19.279	34.585	5	-	84.775
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	(4.820)	-	-	-	-	(4.820)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	44.162	44.162
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>(12.078)</b>	<b>2.181.619</b>	<b>2.426.566</b>	<b>3.925.740</b>	<b>307.184</b>	<b>671</b>	<b>44.162</b>	<b>8.873.862</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	3.138	(566.733)	(630.365)	(1.019.815)	(79.799)	(174)	(11.472)	(2.305.221)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(59)	10.602	11.793	19.079	1.493	3	215	43.126
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>(8.999)</b>	<b>1.625.488</b>	<b>1.807.994</b>	<b>2.925.004</b>	<b>228.878</b>	<b>500</b>	<b>32.905</b>	<b>6.611.767</b>

Demonstração da posição financeira

	2019							
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença					
<b>ATIVO</b>								
Caixa e seus equivalentes	49.789	680.039	371.071	601.086	1.109.417	261	-	2.811.663
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	22.378.840	12.211.260	19.780.636	36.508.884	8.605	-	90.888.225
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	1.263.854	689.636	1.117.120	2.061.854	486	-	5.132.950
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	2.420.730	1.320.898	2.139.681	3.949.164	931	-	9.831.424
Provisões técnicas de resseguro cedido	18.788	10.590.183	-	251.554	3.477.579	-	-	14.338.103
<b>PASSIVO</b>								
Provisões Técnicas	690.639	20.588.431	11.234.303	18.198.096	33.588.008	7.917	-	84.307.394

	2018							
	Acidentes e Doença			Incendio e outros danos	Automóvel	Garantia Usados	Não técnica	Total
	Acidentes de trabalho	Acidentes Pessoais	Doença					
<b>ATIVO</b>								
Caixa e seus equivalentes	50.136	709.033	456.905	722.957	1.254.759	481	-	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	20.797.376	13.401.938	21.205.769	36.804.933	14.096	-	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	915.815	590.156	933.799	1.620.695	621	-	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	785.095	505.919	800.511	1.389.362	532	-	3.481.419
Provisões técnicas de resseguro cedido	120	8.971.553	-	472.409	3.459.702	-	-	12.903.784
<b>PASSIVO</b>								
Provisões Técnicas	166.969	17.411.627	11.220.144	17.753.535	30.812.918	11.801	-	77.376.994

A repartição dos ativos e passivos por segmentos é feita de acordo com o volume das carteiras de investimentos e passivos e provisões técnicas, respetivamente. O segmento “não técnico” diz respeito aos ativos e passivos não relacionados diretamente com produtos.

## NOTA 5 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prémios brutos emitidos	78.326.427	78.471.213
Prémios de resseguro cedido	(13.721.507)	(14.633.519)
Prémios líquidos de resseguros	64.604.920	63.837.694
Variação da provisão para prémios não adquiridos (líquida de resseguro)	(396.422)	(226.567)
Prémios líquidos de resseguro	<b><u>64.208.498</u></b>	<b><u>63.611.127</u></b>

No anexo 4 estão discriminados por ramos os prémios emitidos e os prémios brutos adquiridos.

## NOTA 6 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Seguro direto		
Montantes pagos	(40.559.604)	(42.531.261)
Custos imputados à função sinistros (Nota 10)	(5.629.751)	(5.257.268)
Variação da provisão para sinistros	(3.336.494)	(2.649.961)
	<u>(49.525.849)</u>	<u>(50.438.490)</u>
Resseguro cedido		
Montantes pagos	3.045.830	3.275.060
Variação da provisão para sinistros	88.434	(84.179)
	<u>3.134.264</u>	<u>3.190.881</u>
	<b><u>(46.391.585)</u></b>	<b><u>(47.247.609)</u></b>

O valor dos montantes pagos, apresentado acima, é líquido de reembolsos no montante de 3.883.502€ (em 2018: 4.435.990€).

No anexo 3 estão discriminados os custos com sinistros por ramos.

## NOTA 7 – OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

As outras provisões técnicas líquidas de resseguro são analisadas como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para desvios de sinistralidade	(271.997)	(255.360)
Provisão para riscos em curso	(151.642)	122.621
	<b><u>(423.639)</u></b>	<b><u>(132.740)</u></b>

## NOTA 8 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos de aquisição	(10.526.756)	(10.606.998)
Comissões por intermediação de produtos de seguro direto	(9.441.121)	(9.717.342)
Custos imputados à função aquisição (nota 10)	(1.085.635)	(889.656)
Outros	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	735.028	1.286.648
Custos imputados à função administrativa (nota 10)	(3.920.823)	(2.717.009)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.230.713	3.338.023
Comissões de resseguros cedido	3.304.965	2.773.569
Participação nos resultados de resseguro	925.748	564.455
	<u><b>(9.481.838)</b></u>	<u><b>(8.699.336)</b></u>

## NOTA 9 – RENDIMENTOS

*Rendimentos por categoria de investimento*

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados		
ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.013.747	1.226.779
de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	644	2.027
Rendimentos de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	57.227	55.056
	<u><b>1.071.619</b></u>	<u><b>1.283.862</b></u>

## NOTA 10 – CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos com sinistros (ver Nota 6)	(5.629.751)	(5.257.268)
Custos de aquisição (ver Nota 8)	(1.085.635)	(889.656)
Custos administrativos (ver Nota 8)	(3.920.823)	(2.717.009)
Custos de gestão de investimentos	(219.142)	(200.258)
	<u><b>(10.855.351)</b></u>	<u><b>(9.064.191)</b></u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos com pessoal	(3.661.894)	(2.462.067)
Fornecimentos e serviços externos	(6.593.414)	(6.002.674)
Impostos e taxas	(309.374)	(313.526)
Amortizações do exercício (ver notas 20 e 21)	(108.095)	(116.977)
Comissões	(182.573)	(168.947)
	<u><b>(10.855.351)</b></u>	<u><b>(9.064.191)</b></u>

*Gastos com pessoal:*

*Número médio de trabalhadores*

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o número médio de Colaboradores pertencentes ao quadro efetivo ao serviço da Companhia, por categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diretor	5	5
Técnico	24	23
Coordenador Operacional	3	3
Gestor Operacional	1	1
Gestor Técnico	3	1
Especialista Operacional	25	25
	<u><b>61</b></u>	<u><b>58</b></u>

*Despesas com o pessoal*

O montante dos gastos com o pessoal no exercício foi o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações dos órgãos sociais	(196.418)	(166.857)
Remunerações do pessoal	(2.415.735)	(1.722.495)
Encargos sobre remunerações	(496.756)	(406.038)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	(30.927)	(28.497)
Seguros obrigatórios	(25.598)	(25.897)
Gastos de ação social	(107.721)	(226)
Outros gastos com o pessoal	(388.739)	(112.057)
	<u><b>(3.661.894)</b></u>	<u><b>(2.462.067)</b></u>

*Órgãos sociais*

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

O montante das despesas com os órgãos sociais no exercício foi o seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações e outros benefícios	(196.418)	(166.857)
Encargos sobre remunerações	(34.324)	(41.163)
	<u><b>(230.742)</b></u>	<u><b>(208.020)</b></u>

Os “Fornecimentos e serviços externos” são analisados como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Electricidade	2.411	(23.454)
Combustíveis	(14.360)	(12.109)
Água	689	(3.826)
Impressos	(30.630)	(49.209)
Material de escritório	(29.558)	(33.026)
Conservação e Reparação	(1.137.162)	(754.619)
Rendas e Alugueres	(284.672)	(275.062)
Comunicação	(545.168)	(592.551)
Deslocações e Estadas	(49.413)	(35.436)
Seguros	(34.209)	(20.950)
Gastos com Trabalho Independente	(22.572)	(28.696)
Publicidade e Propaganda	(68.427)	(1.709)
Limpeza, Higiene e Conforto	(10.894)	(16.677)
Contencioso e notariado	(1.871)	8.040
Vigilância e segurança	(683)	-
Trabalhos Especializados	(4.064.745)	(3.884.431)
Quotizações (Actividade)	(43.529)	(51.616)
Gastos com Cobrança de Prémio	(85.731)	(74.905)
Despesas de Condomínio	-	10.598
Despesas Bancárias - Comissões	(32.244)	(31.526)
Outros Fornecedores e Serviços	(140.649)	(131.510)
	<b>(6.593.414)</b>	<b>(6.002.674)</b>

A rubrica de “Gastos com cobrança de prémios” compreende os custos associados às cobranças SEPA.

A rubrica de “Trabalhos especializados” inclui o montante de 2.662.995€, respeitante a gestão dos sinistros dos contratos de seguro de doença (2.683.754€ em 2018).

Esta rubrica inclui ainda os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas da Companhia, que são analisados como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Revisão legal das contas	(49.508)	(49.508)
Serviços distintos da auditoria, que são exigidos pela legislação aplicável	(24.293)	(24.293)
	<b>(73.800)</b>	<b>(73.800)</b>

## NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Plano de benefício definido*

Conforme referido na Nota 2.12., a companhia deixou de ter responsabilidades com o plano de pensões dos administradores por liquidação da responsabilidade e respetivo património, bem como com quaisquer benefícios definidos aos trabalhadores.

### *Plano de contribuição definida*

Conforme referido na Nota 2.12., o Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros de 23 de Dezembro de 2011 alterou um conjunto de benefícios anteriormente definidos designadamente no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida que companhia contratou junto da GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA através da participação no Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido.

Para os restantes benefícios e no quadro de um plano de contribuição a Companhia constituiu um seguro de vida de contribuição definida e com capital garantido (Plano Poupança Empresa) junto da GNB – Companhia de seguros de vida S.A., efetuando contribuições anuais tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador, aplicando os termos estabelecidos na regulamentação coletiva de trabalho (de 2016) aplicável ao sector segurador.

Contribuição anual para o Plano Individual de Reforma (Plano Poupança Empresa):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Plano Individual de Reforma - Contribuição	30.780	28.497

## NOTA 12 – GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	<u>2019</u>		
	<u>Proveitos</u>	<u>Custos</u>	<u>Total</u>
Por alienação dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de reservas	183.109	(22.856)	160.253
	<u>183.109</u>	<u>(22.856)</u>	<u>160.253</u>
	<u>2018</u>		
	<u>Proveitos</u>	<u>Custos</u>	<u>Total</u>
Por alienação dos ativos e passivos valorizados ao justo valor através de reservas	138.430	(3.731)	134.699
	<u>138.430</u>	<u>(3.731)</u>	<u>134.699</u>

## NOTA 13 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os Ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor em 2019 são analisados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Por Alienação - Unidades de Participação em Fundos de Investimento	126.331	0
Por Variação do Justo Valor - Unidades de Participação em Fundos de Investimento	946.261	(79.047)
	<u>1.072.593</u>	<u>(79.047)</u>

Esta rubrica inclui 946.261€, relativas à variação de justo valor de ativos valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (Unidades de Participação em Fundos de Investimento) que é objeto de ajustamento na conta de ganhos perdas (Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição – *overlay approach*)

Ver adicionalmente a nota 29.

**NOTA 14 – PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO**

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue:

	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas			
Obrigações de emissores públicos	619	-	-
Obrigações outros emissores	(12.039)	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(50.002)	-	-
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	(2.563)	-	-
	<b>(63.984)</b>	-	-
	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas			
Obrigações de emissores públicos	(1.308)	-	-
Obrigações outros emissores	1.187	-	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	29.488	-	-
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	55.407	-	-
	<b>84.775</b>	-	-

**NOTA 15 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO**

Os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2019		2018	
	Técnica	Não Técnica	Técnica	Não Técnica
Outros juros	-	34.451	-	102.173
Outros rendimentos/(gastos)	(5.422)	(72.628)	(4.820)	(58.011)
	<b>(5.422)</b>	<b>(38.177)</b>	<b>(4.820)</b>	<b>44.162</b>

**NOTA 16 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	2019			2018		
	Bruto	Imparidade	Total	Bruto	Imparidade	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem						
Caixa	172	-	172	172	-	172
Depósitos à ordem	2.831.105	(19.614)	2.811.491	3.211.149	(17.051)	3.194.098
	<b>2.831.277</b>	<b>(19.614)</b>	<b>2.811.663</b>	<b>3.211.321</b>	<b>(17.051)</b>	<b>3.194.270</b>

Os saldos de depósitos à ordem estão na sua totalidade depositados no Grupo Novo Banco. A GNB Seguros não tem depósitos em moeda estrangeira.

**NOTA 17 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS**

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros títulos de rendimento variável	5.132.950	4.061.085
<b>Valor de balanço</b>	<b>5.132.950</b>	<b>4.061.085</b>
<i>Valor de aquisição</i>	4.265.735	4.140.135

No ano de 2019, estes foram os ativos financeiros aos quais a seguradora aplicou a abordagem da sobreposição (*Overlay Approach* – ver nota 29).

**NOTA 18 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS**

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>							
	Custo Amortizado	Reserva de justo valor		Imparidades	Imparidades	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	Nível 1 e Nível 2	Nível 3			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	8.960.858	476.019	(17.455)	8.682	-	9.428.104	91.443	9.519.547
De outros emissores	80.051.988	1.976.337	(80.677)	47.614	(998.596)	80.996.667	372.011	81.368.677
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>89.012.846</b>	<b>2.452.357</b>	<b>(98.132)</b>	<b>56.296</b>	<b>(998.596)</b>	<b>90.424.771</b>	<b>463.454</b>	<b>90.888.225</b>
	<u>2018</u>							
	Custo Amortizado	Reserva de justo valor		Imparidades	Imparidades	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa	Nível 1 e Nível 2	Nível 3			
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	16.422.612	317.239	-	(9.301)	-	16.730.550	109.051	16.839.601
De outros emissores	75.125.786	1.086.258	(250.497)	(35.576)	(998.596)	74.927.375	456.796	75.384.171
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>91.548.398</b>	<b>1.403.497</b>	<b>(250.497)</b>	<b>(44.877)</b>	<b>(998.596)</b>	<b>91.657.925</b>	<b>565.847</b>	<b>92.223.771</b>

**NOTA 19 – ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

A rubrica de “Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado” é analisada como segue:

	<u>2019</u>		
	Bruto	Imparidade	Total
Depósitos a prazo - Capital	9.900.000	(68.587)	9.831.413
Depósitos a prazo - Juro decorrido	11	-	11
	<b>9.900.011</b>	<b>(68.587)</b>	<b>9.831.424</b>
	<u>2018</u>		
	Bruto	Imparidade	Total
Depósitos a prazo - Capital	3.500.000	(18.585)	3.481.415
Depósitos a prazo - Juro decorrido	4	-	4
	<b>3.500.004</b>	<b>(18.585)</b>	<b>3.481.419</b>

**NOTA 20 – OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	523.730	484.048
Equipamento Administrativo	272.848	272.848
Instalações interiores	95.295	95.295
Máquinas e ferramentas	46.117	36.286
Outros	27.002	27.002
	<b>964.992</b>	<b>915.479</b>
Depreciação acumulada	(913.668)	(909.939)
	<b>51.324</b>	<b>5.540</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos tangíveis está especificado na nota 2.9.

Durante o exercício de 2019 não foi registada qualquer perda por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos tangíveis” é analisado como segue:

	<u>Equipamento</u>
<b>Saldo líquido a 1 de janeiro de 2018</b>	<b>13.153</b>
Adições	-
Depreciações do exercício	(7.613)
	<b>5.540</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.540</b>
Adições	49.513
Depreciações do exercício	(3.729)
	<b>51.324</b>
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>51.324</b>

**NOTA 21 – ATIVOS INTANGÍVEIS**

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<i>Software</i>	11.728.055	11.728.055
Ativos intangíveis em curso	188.537	160.058
Despesas em edifícios arrendados	650.596	650.597
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.216	20.215
Patentes, Marcas e Alvarás	385	385
	<b>12.587.789</b>	<b>12.559.310</b>
Amortizações acumuladas	(12.171.430)	(12.067.063)
	<b>416.360</b>	<b>492.247</b>

O modelo de valorização aplicado aos ativos intangíveis foi especificado no ponto 2.10.

O movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos intangíveis” foi o seguinte:

<b>Saldo líquido a 1 de janeiro de 2018</b>	<b>278.377</b>
Adições	323.232
Amortizações do exercício	(109.364)
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>492.246</b>
Adições	28.480
Amortizações do exercício	(104.366)
<b>Saldo líquido a 31 de dezembro de 2019</b>	<b>416.360</b>

## NOTA 22 – PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS COM SINISTROS

### Provisões técnicas

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	2019			2018		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	42.235.850	(23.823.519)	18.412.331	38.330.555	(20.314.645)	18.015.910
Custos de aquisição diferidos	(6.952.927)	14.171.020	7.218.093	(6.217.899)	12.008.032	5.790.133
Provisão para sinistros	41.310.700	(4.685.605)	36.625.095	37.974.206	(4.597.171)	33.377.035
Provisão para desvios de sinistralidade	3.098.188		3.098.188	2.826.192		2.826.192
Provisão para riscos em curso	2.615.583		2.615.583	2.463.941		2.463.941
Provisão para envelhecimento	2.000.000		2.000.000	2.000.000		2.000.000
	<b>84.307.394</b>	<b>(14.338.103)</b>	<b>69.969.291</b>	<b>77.376.994</b>	<b>(12.903.784)</b>	<b>64.473.210</b>

A provisão para sinistros inclui uma provisão de 18.163.234€ (em 2018: 14.999.954€) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2019 e ainda não participados ou insuficientemente conhecidos. Adicionalmente, inclui uma estimativa de 3.451.884€ (em 2018: 3.414.465€) de encargos futuros de gestão associados à regularização de sinistros pendentes e aos não declarados até 31 de Dezembro de 2019.

Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

A evolução das provisões para sinistros é apresentada como segue:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Estimativa inicial dos custos com sinistros	49.430.923	42.299.121	38.430.958	37.246.826	34.238.300	32.992.169	35.648.244	32.738.408	35.324.246	37.945.920	41.273.123
Pagamentos acumulados											
Um ano depois	12.258.391	12.259.189	11.625.454	13.741.017	10.482.867	9.686.894	10.536.532	9.444.862	14.562.673	14.062.709	
Dois anos depois	15.813.162	14.939.110	14.983.272	16.364.487	12.213.843	12.894.987	13.062.359	14.374.159	18.885.260		
Três anos depois	17.464.268	16.822.280	16.775.492	17.319.581	14.492.611	14.451.761	17.321.540	17.691.512			
Quatro anos depois	18.821.223	17.899.758	17.005.480	19.274.572	15.677.348	18.332.464	20.355.443				
Cinco anos depois	19.686.657	17.769.066	18.348.568	20.090.978	18.801.960	22.189.385					
Seis anos depois	19.473.402	18.961.043	18.973.409	22.883.187	21.955.207						
Sete anos depois	20.290.537	19.442.374	19.560.324	25.405.907							
Oito anos depois	20.640.227	19.682.671	22.375.026								
Nove anos depois	20.814.780	20.649.276									
Dez anos depois	21.566.512										
Estimativa final dos custos com sinistros											
Um ano depois	39.647.050	33.825.684	30.972.812	30.672.882	28.326.749	31.022.504	28.471.357	28.729.326	34.123.244	35.598.960	
Dois anos depois	32.056.703	28.389.633	26.828.487	28.783.442	26.916.364	26.441.048	26.883.821	28.180.616	35.092.126		
Três anos depois	27.434.025	25.112.108	24.199.942	29.034.186	23.952.212	25.087.745	27.657.699	29.561.302			
Quatro anos depois	24.648.721	22.716.589	24.269.197	26.812.436	22.952.629	26.405.194	28.784.604				
Cinco anos depois	22.511.448	23.042.842	22.987.805	26.196.214	25.424.480	27.908.523					
Seis anos depois	23.014.154	22.017.094	22.410.182	28.910.629	26.382.342						
Sete anos depois	21.725.800	21.535.437	24.261.672	29.294.206							
Oito anos depois	21.665.520	20.494.794	25.203.969								
Nove anos depois	20.714.243	21.446.745									
Dez anos depois	21.379.271										
<b>Excedente/(défice) acumulado</b>	<b>28.051.652</b>	<b>20.852.377</b>	<b>13.226.989</b>	<b>7.952.620</b>	<b>7.855.957</b>	<b>5.083.646</b>	<b>6.863.640</b>	<b>3.177.106</b>	<b>232.119</b>	<b>2.346.960</b>	

Nos ramos Automóvel, Saúde e Acidentes de Trabalho, o desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em anos anteriores mais recentes é devido, em grande parte, a um significativo nível de

prudência na avaliação das estimativas das responsabilidades com sinistros ocorridos e não participados.

### NOTA 23 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo de outros devedores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Contas a receber por operações de seguro directo</b>		
Tomadores de seguro	906.877	1.358.087
<b>Contas a receber por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	3.850.491	2.873.141
<b>Contas a receber por outras operações</b>		
Outros devedores	1.342.791	545.425
	<u><b>6.100.160</b></u>	<u><b>4.776.653</b></u>

### NOTA 24 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2019 e 2018 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da GNB Seguros que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

#### *Ativos e passivos por impostos correntes*

Os ativos e passivos por impostos correntes, dizem respeito ao imposto (corrente) sobre o rendimento do exercício, deduzido do Pagamentos Por Conta e do Pagamento Adicional por Conta, e a outros impostos e taxas que incidem sobre a atividade de seguros não vida.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos em balanço em 2019 e 2018 podem ser analisados como segue:

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos sobre rendimentos		324.253	254.714	
Outros impostos e taxas	18.152	-	844.132	733.880
<b>Total</b>	<u><b>18.152</b></u>	<u><b>324.253</b></u>	<u><b>1.098.845</b></u>	<u><b>733.880</b></u>

Os movimentos da rubrica de “Impostos sobre rendimentos” são analisados da seguinte forma:

<b>Saldo a 1 de janeiro de 2018</b>	<b>1.750.597</b>
Montantes registados nos resultados	(2.305.221)
Pagamentos efectuados	878.878
<b>Saldo a 31 de dezembro 2018</b>	<b>324.253</b>
Montantes registados nos resultados	(2.570.152)
Pagamentos efectuados	2.376.899
Transferências / Ajustamentos entre contas	(385.714)
<b>Saldo a 31 de dezembro 2019</b>	<b>(254.714)</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2019 e 2018 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pensões	9.254	37.424	-	-	9.254	37.424
Investimentos Financeiros	249.649	249.649	805.360	268.488	1.055.009	(18.838)
Outros	328.638	146.909	14.074	-	342.712	146.909
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>587.541</b>	<b>433.982</b>	<b>819.434</b>	<b>268.488</b>	<b>1.406.975</b>	<b>165.494</b>
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(587.541)	(268.488)	(587.541)	268.488	(1.175.082)	-
<b>Imposto diferido ativo/(passivo) líquido</b>	<b>-</b>	<b>165.494</b>	<b>231.893</b>	<b>-</b>	<b>231.893</b>	<b>165.494</b>

*Principais componentes do gasto (rendimento) de impostos*

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2019 e 2018 explica-se como segue:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>(2.570.152)</b>	<b>(2.305.221)</b>
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	142.341	43.126
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>(2.427.811)</b>	<b>(2.262.095)</b>

O movimento do imposto diferido de balanço em 2019 e 2018 explica-se como segue:

	2019			2018		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	abordagem da sobreposição (overlay approach)	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	abordagem da sobreposição (overlay approach)
Ativos financeiros	15.996	(303.161)	(236.566)	(21.094)	397.887	19.762
Pensões	(28.170)	-	-	(2.030)	-	-
Provisões / Acréscimos	154.515	-	-	66.250	-	-
	<b>142.341</b>	<b>(303.161)</b>	<b>(236.566)</b>	<b>43.126</b>	<b>397.887</b>	<b>19.762</b>

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos contabilísticos e os respetivos montantes para efeitos de tributação. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis e impostos diferidos passivos para as diferenças tributáveis. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 25%.

*Imposto sobre o rendimento reportado em reservas*

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2019 e 2018 explica-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Imposto diferido</b>		
Reserva de justo valor	(303.161)	397.887

*Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico*

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	%	Valor	%	Valor
<b>Resultados antes de impostos e Interesses Minoritários</b>		<b>8.942.915</b>		<b>8.873.862</b>
Taxa de imposto estatutária	25,5%		25,3%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		(2.282.064)		(2.246.609)
Benefícios pós emprego		(55)		(6)
Provisões		2.483		60
Diferenças temporárias		(110.548)		27.819
Benefícios fiscais		-		-
Tributações autónomas		(37.296)		(43.629)
Outros		(332)		269
		<u>(2.427.811)</u>		<u>(2.262.095)</u>

**NOTA 25 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Ativo)**

O saldo desta rubrica (Ativo) em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Gastos diferidos	160.401	235.151

A rubrica de “Gastos diferidos” inclui o montante de 87.698€ (2018: 187.658€), respeitante a gastos com campanhas de dinamização comercial, referentes a exercícios seguintes.

**NOTA 26 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES**

O saldo de outros credores por operações de seguros e outras operações em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Contas a pagar por operações de seguro direto</b>		
Tomadores de seguro	466.609	1.672.685
<b>Contas a pagar por operações de resseguro</b>		
Resseguradores	2.571.054	3.271.883
<b>Contas a pagar por outras operações</b>		
Outros credores	651.076	403.615
	<u>3.688.739</u>	<u>5.348.183</u>

A rubrica “Contas a pagar por outras operações - Outros credores” inclui o montante de 262.228€ (2018: 30.990€) relativos a valores a pagar a fornecedores.

## NOTA 27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (Passivo)

O saldo desta rubrica (Passivo) em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	1.106.180	653.159
Outros acréscimos de gastos	5.490.826	6.060.854
	<u><b>6.597.006</b></u>	<u><b>6.714.013</b></u>

A rubrica “Remunerações e Respetivos encargos a liquidar” diz respeito a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte, conforme referido na nota 2.4.

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui o montante de 1.907.005€ (2018: 2.729.347€) relativos a comissões por intermediação de produtos de seguros e incentivos à produção.

## NOTA 28 – OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões são analisadas como segue:

	<u>Outras Provisões</u>
Saldo a 1 de janeiro de 2018	<u>652.635</u>
Saldo a 31 de dezembro de 2018	<u>652.635</u>
Saldo a 31 de dezembro de 2019	<u><b>652.635</b></u>

## NOTA 29 – CAPITAL PRÓPRIO

### *Estrutura Acionista*

Em 31 de Dezembro de 2019, o capital social autorizado da GNB - Companhia de Seguros, S.A. encontrava-se representado por 3.000.000 milhões de ações, com um valor nominal de 5 euros cada, das quais encontravam-se subscritas e realizadas na totalidade pelos diferentes Acionistas.

Estrutura Acionista a 31 de Dezembro de 2019:

	<u>% Capital</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Crédit Agricole Assurances, S.A.	75,00000%	75,00000%
Novo Banco, S.A.	24,99340%	24,99340%
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	0,00330%	0,00330%
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	0,00330%	0,00330%
	<u><b>100,00000%</b></u>	<u><b>100,00000%</b></u>

### *Reserva legal*

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

*Reservas de reavaliação*

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, bem como a respetiva provisão para perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas.

Ao longo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a reserva de justo valor, outras reservas e resultados transitados, podem ser analisados como segue:

	<b>Reserva de reavaliação</b>	<b>Reserva por impostos diferidos</b>	<b>Outras reservas</b>	<b>Resultados transitados</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2018</b>	<b>2.789.422</b>	<b>(697.356)</b>	<b>7.954.855</b>	<b>2.899</b>
Aplicação de resultados	-	-	632.229	(941)
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	(221.745)	97.780
Alterações de justo valor	(1.591.548)	397.887	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.197.874</b>	<b>(299.469)</b>	<b>8.365.339</b>	<b>99.738</b>
Aplicação de resultados	-	-	661.177	(49.410)
Distribuição de reservas	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital	-	-	-	-
Alterações de justo valor	1.212.647	(303.161)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.410.521</b>	<b>(602.630)</b>	<b>9.026.516</b>	<b>50.328</b>

*Dividendos*

*Distribuição de dividendos*

A quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital, durante 2019 e 2018, é analisada da seguinte forma:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Crédit Agricole Assurances, S.A.	4.500.000	4.268.250
Novo Banco, S.A.	1.499.604	1.422.374
GNB - Gestão de Activos, SGPS, S.A.	198	188
Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	198	188
	<b>6.000.000</b>	<b>5.691.000</b>

*Abordagem da Sobreposição (OVERLAY APPROACH)*

A Companhia aplica a abordagem da sobreposição (*overlay approach*) tendo afetado as seguintes rúbricas:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ajustamento relativo à abordagem da sobreposição (Overlay Approach)	867.215	(79.047)
Imposto	(216.804)	19.762
Impacto Líquido	<b>650.411</b>	<b>(59.285)</b>

**NOTA 30 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE**

Tendo em consideração que o risco está intrinsecamente ligado ao negócio segurador e ao modo como a Companhia cria valor, torna-se essencial gerir e monitorizar os riscos a que se encontra exposta.

Dada a natureza, dimensão e complexidade das suas atividades e cumprindo os requisitos legais e regulamentares aos quais está sujeita, a GNB Seguros tem implementado um sistema de governo que inclui uma estrutura organizacional adequada à sua dimensão, com responsabilidades claramente atribuídas e devidamente segregadas, complementada por uma estrutura de comités de suporte e validação, por funções-chave e por políticas.

Este sistema de governo e de gestão de riscos e de controlo interno, tem por finalidade última gerir e monitorizar adequadamente todas as atividades e os riscos subjacentes de forma a criar valor para os seus acionistas, valorizar os colaboradores e disponibilizar produtos e serviços integradores de valor acrescentado para os clientes e que seja por estes percecionado.

A estrutura organizacional implementada serve de suporte ao desenvolvimento do sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, que assenta no modelo das 3 linhas de defesa.

A 1ª linha de defesa é representada pelos Departamentos/ Unidades Operacionais da Companhia, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respetivos controlos, no terreno, dia-a-dia.

A 2ª linha de defesa detém uma função de supervisão, sendo representada pelo Departamento de Gestão de Risco e *Compliance* e pelo Comité de Gestão de Riscos, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e monitorização do sistema de gestão de risco e controlo interno.

A 3ª linha de defesa tem uma função de auditoria independente, executada pela Direção de Auditoria Interna, apoiada pelo Comité de Controlo Interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

Com o objetivo de existir um nível intermédio de análise, avaliação e monitorização que faculte uma abordagem adequada e técnica relativamente a alguns temas relevantes para a atividade da Companhia, a GNB Seguros mantém no seu Sistema de Governo a existência de Comités, ou seja, órgãos consultivos, com incumbência de efetuar validações e emitir pareceres técnicos ao Comité de Direção Geral.

Tendo em conta a regulamentação sobre Solvência II, considerando a estrutura existente e a aplicação de forma proporcional à natureza, dimensão e complexidade dos riscos inerentes à atividade da empresa, a GNB Seguros identificou as pessoas responsáveis pelo exercício das Funções-Chave “Gestão de Riscos”, “Atuarial”, “*Compliance*” e “Auditoria interna”, consideradas essenciais para gerir e controlar os riscos.

Outro dos pilares relevantes ao modelo de governo da GNB Seguros é a existência de políticas que suportem o funcionamento adequado da organização, da monitorização e gestão dos riscos.

Paralelamente às políticas associadas às várias vertentes do negócio (Subscrição, Provisionamento, Resseguro, Investimentos, etc), encontram-se também definidas e implementadas um quadro de políticas que visa orientar e garantir princípios de atuação e monitorização adequados do risco, como são exemplo a Política de Avaliação Interna do Risco e da Solvência e a Política de Appetite ao Risco, cujo objetivo consiste em garantir que o risco que a Companhia está exposta está alinhado com o que está disposta a aceitar.

Na gestão dos riscos, estão presentes os seguintes objetivos:

- Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adotando progressivamente princípios e metodologias uniformes e coerentes em todas as unidades da Companhia;
- Gestão pró-ativa de controlos e processos que permitam antecipar potenciais situações de risco;

- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (indicadores de risco, bases de dados de perdas, e testes de stress e cenários), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao reporte, tomada de decisões e mensuração dos requisitos de capital e capital disponível.
- Implementação das diversas políticas
- Promoção da gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas na política de gestão de risco;

Dos vários riscos a que a Companhia se encontra exposta, destacam-se os seguintes:

#### Risco Estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia em que as principais decisões são acompanhadas por certos limites de risco.

Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver.

A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível dos seus Órgãos de Administração.

#### Risco de Seguro

Em relação ao risco específico de seguro, este corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os mecanismos de mitigação deste risco mantiveram na sua essência, os mesmos conceitos e práticas reportadas no relatório anterior:

##### 1) Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos.

Neste sentido:

- A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em tarifas construídas com base em princípios atuariais e sujeitas a revisão periódica;
- É efetuada uma análise por parte do Comité Técnico, que valida e emite recomendações sobre as matérias analisadas;
- Previamente ao lançamento de produtos, são analisados e discutidos em sede de Comité de Produtos, no qual se encontram representadas todas as áreas, os vários aspetos referentes aos produtos e formuladas recomendações para posterior decisão em sede de Comité de Direção Geral;
- Este processo de avaliação ao lançamento de produtos é complementado, posteriormente, pelo Comité NAP (Novos Produtos e Atividades), que pretende assegurar a total conformidade (ao nível de legislação, adequação aos segmentos, conflitos de interesses, conteúdo da formação, proteção de dados, etc.) dos novos produtos e atividades após todas as diligências efetuadas para o seu lançamento;
- A adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* baseadas em princípios atuariais. Posteriormente, é feito um acompanhamento do produto, das vendas, características dos riscos subscritos, sinistralidade e margem técnica. Regularmente são elaborados relatórios com indicadores de gestão referentes a todos os produtos;

## 2) Subscrição

A aceitação dos riscos é condicionada à Política de Subscrição (coberturas definidas e processos de aceitação condicionada) embebida nos sistemas da Companhia após aprovada formalmente.

A Companhia baseia a sua política de aceitação de risco em padrões técnicos rigorosos, existindo alguns instrumentos auxiliares: tarifas, manuais de produto e subscrição, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos. Os produtos são criados de forma simples, padronizada e transparente. Quando existem riscos não enquadráveis nesta política a sua aceitação é condicionada, sendo necessária uma análise específica.

As regras definidas são parametrizadas no sistema informático de suporte e são definidos mecanismos de impedimento ou de alerta para quando alguma das regras não é cumprida.

De acordo com o risco de subscrição de cada situação em concreto, o processo de aceitação obedece a determinados perfis integrados no sistema que limitam a decisão sobre o processo de aceitação a algumas unidades operacionais ou colaboradores.

Em termos de definição e implementação de procedimentos de resolução de reclamações, a Companhia dispõe de uma área específica para a gestão de reclamações e um regulamento interno que define prazos para o processamento e resposta de reclamações, disponibilizando aos clientes no momento de subscrição informação sobre a gestão de reclamações, tal como previsto na legislação em vigor.

## 3) Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia tem por base o princípio de prudência e utiliza métodos actuarialmente reconhecidos, cumprindo a legislação em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados por isso. Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos;

O valor das provisões a constituir é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efetuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia através de métodos estatísticos, adequados à natureza dos riscos, para determinação da *Best Estimate*. Para além da monitorização feita em sede de Comité Técnico, o cálculo do provisionamento é revisto e monitorizado pelo responsável pela função atuarial e, pelo menos anualmente, por uma entidade externa independente.

## 4) Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer uma variação das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Para mitigar este tipo de risco a Companhia implementou como medida que o sistema de suporte à atividade de gestão de sinistros incorpore regras específicas que permitem mitigar o risco de seguro.

Regularmente é efetuada um acompanhamento e monitorização de indicadores específicos sobre os sinistros geridos pela Companhia, que permite analisar a evolução destas rubricas, detetar tendências e equacionar estratégias futuras, quer seja ao nível da tarificação, do provisionamento ou do resseguro.

Esta análise é efetuada para cada um dos produtos em comercialização e é reportada regularmente aos vários Departamentos da Companhia e ao Comité de Direção Geral.

## 5) Resseguro

A Companhia definiu e implementou uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus clientes, outros beneficiários de seguros, acionistas e colaboradores.

Para a sua persecução, a companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, efetuada principalmente através de programas de resseguro específicos e adequados a cada tipo de risco, existindo um elevado nível de exigência em relação aos resseguradores contratados, tendo em consideração o seu rating, solvência financeira e capacidade de prestação de serviços. Os tratados existentes na Companhia são do tipo “Não Proporcionais” – Excess of Loss – e Proporcionais – Quota Share. O risco catastrófico (fenómenos sísmicos e catástrofes naturais) está coberto por um tratado de excedente de perdas, sendo a sua retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia e o seu limite máximo analisado em função da frequência deste tipo de eventos e do seu impacto nos capitais da Companhia.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	2019	2018
Aumento de 5% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2.319.579)	(2.362.380)
Aumento de 10% nos custos com sinistros, líquidos de resseguro	(4.639.158)	(4.724.761)
Aumento de 5% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(474.092)	(434.967)
Aumento de 10% nos custos e gastos de exploração, líquidos de resseguro	(948.184)	(869.934)

*Os valores apresentados representam apenas o efeito direto e linear no RAI*

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

### A. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa, genericamente, a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e volatilidade dos preços de mercado em geral.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela decisão sobre políticas de afetação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

A política de investimentos da Companhia tem sido conservadora, mantendo uma prudente diversificação, não só como fator de mitigação do risco, mas também para cumprir as regras de diversificação necessárias para que os ativos possam representar as provisões técnicas.

#### 1) Risco de variação de preços de mercado de capitais, cambial, de taxa de juro, imobiliário e de spread

- Risco de variação de preços no mercado de capitais: Risco que resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado, e está definido na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro. A mitigação deste risco na Companhia realiza-se através da formalização na política financeira de um conjunto de limites de exposição máxima permitida por emitentes e por classe de ativos.
- Risco Cambial: Os ativos e passivos encontram-se denominados em determinada moeda, sendo este risco resultado das variações dessas denominações face a possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência. A gestão do risco cambial através do estabelecimento de

limites para a sua exposição está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizadas regularmente ao nível do Comité Financeiro.

- Risco de Variação das taxas de juro: As operações da Companhia encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os ativos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes. A gestão do risco da taxa de juro está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.
- Risco de Imobiliário: A Companhia não se encontra exposta a este risco, dado não deter investimentos no setor imobiliário.
- Risco de *Spread*: Parte do risco dos ativos que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Este risco está definido na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

#### Análise de sensibilidade

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade, e os respetivos impactos no capital próprio e resultados (líquidos de imposto):

	Valores em milhares de euros		
	Capital Próprio	Ganhos e Perdas	
		<b>2019</b>	
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	(2.686)	19	
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2.686	-	
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	385	-	
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	(385)	-	
		<b>2018</b>	
		<b>Capital Próprio</b>	<b>Ganhos e Perdas</b>
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	( 2.241)	16	
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	2.241	-	
Valorização de 10% no valor de mercado de acções	305	-	
Desvalorização de 10% no valor de mercado de acções	( 305)	-	

#### 2) Risco de uso de produtos derivados e similares

A gestão do risco de produtos derivados está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

Na Política de Investimentos encontram-se identificados os objetivos e estratégias inerentes ao uso de produtos derivados e similares, bem como a necessidade do Comité de Direção Geral aprovar qualquer transação ou estratégia previamente à sua execução.

Contudo a Companhia durante o ano de 2019, há semelhança do verificado em exercícios anteriores, não se encontrou exposta ao risco de produtos derivados e similares, dado que não utilizou instrumentos derivados.

#### 3) Risco ALM

O risco ALM não é muito relevante para a atividade Não Vida. A gestão do risco de ALM está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

#### Níveis hierárquicos

De acordo com o IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos financeiros ao justo valor através de reservas e os ativos financeiros ao justo valor através de resultados podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas, um peso significativo na valorização obtida.

A Companhia classifica os seus ativos de acordo com as IFRS13 bem como de acordo com as políticas definidas pelos seus acionistas. Utilizando regras ou modelos com suporte em variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

O escalonamento dos ativos financeiros, por níveis hierárquicos, é analisado da seguinte forma:

	2019			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	90.888.224	-	1	<b>90.888.225</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	9.519.547	-	-	<b>9.519.547</b>
De outros emissores	81.368.676	-	1	<b>81.368.677</b>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.132.950	-	-	<b>5.132.950</b>
	2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativo</b>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	92.223.772	-	-	<b>92.223.772</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	16.839.602	-	-	<b>16.839.602</b>
De outros emissores	75.384.171	-	-	<b>75.384.171</b>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	4.061.085	-	-	<b>4.061.085</b>

Justo valor de ativos e passivos não mensurados ao justo valor:

	2019	
	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.811.663	2.811.663
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9.831.424	9.831.424
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.100.160	6.100.160
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>18.743.246</b>	<b>18.743.246</b>
Outros credores por operações de seguro e outras operações	3.688.739	3.688.739
<b>Passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>3.688.739</b>	<b>3.688.739</b>
	2018	
	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.194.270	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.481.419	3.481.419
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.776.653	4.776.653
<b>Ativos financeiros ao justo valor</b>	<b>11.452.342</b>	<b>11.452.342</b>
Outros credores por operações de seguro e outras operações	5.348.183	5.348.183
<b>Passivos financeiros ao justo valor</b>	<b>5.348.183</b>	<b>5.348.183</b>

A Companhia entende que para estes ativos e passivos o seu justo valor aproxima-se do seu valor de balanço essencialmente devido à sua curta maturidade.

#### 4) Risco de Crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais, ou seja, traduz-se na maior ou menor capacidade dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta, não conseguirem efetuar o cumprimento das suas obrigações, devido a alterações da sua situação creditícia.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, clientes e resseguro (risco de contraparte).

A Companhia continua a praticar as medidas de mitigação de risco mencionadas em anos anteriores, nomeadamente:

- Clientes: Devido à configuração específica da atividade, *bancassurances*, a Companhia utiliza como regra de cobrança de prémios o débito em conta, o que reduz substancialmente o risco de crédito.
- Resseguro: Ao nível do resseguro o risco de crédito é mitigado pelo estabelecimento de contratos nesta matéria, essencialmente com os líderes mundiais, existindo uma seleção de Resseguradores de acordo com níveis mínimos de *rating*, efetuando a Companhia um acompanhamento regular da sua evolução.
- Investimentos: As regras definidas na política financeira da Companhia procuram mitigar este risco considerando as regras de diversificação, limites setoriais e o *rating* das entidades envolvidas (em vigor neste momento a regra prudencial de Solvência II: o segundo melhor rating entre as quatro mais conhecidas empresas de notações).

Relativamente ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é analisado como segue:

	2019						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	2.811.491	172	2.811.663
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.748.974	25.975.540	36.670.668	22.493.042	-	1	90.888.225
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	5.132.950	5.132.950
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	9.831.424	-	9.831.424
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	2.636.899	1.213.593	-	-	2.249.669	6.100.160
<b>Total</b>	<b>5.748.974</b>	<b>28.612.439</b>	<b>37.884.261</b>	<b>22.493.042</b>	<b>12.642.915</b>	<b>7.382.791</b>	<b>114.764.421</b>

	2018						
	AAA	AA	A	BBB	HY	Not Rated	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	3.194.098	172	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.208.185	33.319.807	30.541.893	21.153.887	-	-	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	4.061.085	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	-	3.481.419	-	3.481.419
Outros devedores por operações de seguro e outra operações	-	2.079.054	613.493	-	-	2.084.105	4.776.653
<b>Total</b>	<b>7.208.185</b>	<b>35.398.861</b>	<b>31.155.386</b>	<b>21.153.887</b>	<b>6.675.517</b>	<b>6.145.362</b>	<b>107.737.198</b>

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

País emissor	2019		País emissor	2018	
	Valor de Balanço	Percentagem		Valor de Balanço	Percentagem
Áustria	869.513	9,13%	Áustria	858.758	5,10%
Bélgica	849.925	8,93%	Bélgica	829.535	4,93%
França	2.095.411	22,01%	Espanha	1.012.689	6,01%
Polónia	577.309	6,06%	Finlândia	812.767	4,83%
Portugal	3.131.204	32,89%	França	9.599.781	57,01%
Espanha	1.996.187	20,97%	Polónia	578.209	3,43%
			Portugal	3.147.862	18,69%
<b>Total</b>	<b>9.519.547</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>16.839.601</b>	<b>100,00%</b>

A Companhia considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Companhia compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Adicionalmente e para instrumentos financeiros com *rating* de boa qualidade (“*investment grade*”) a companhia considera que apenas existe um aumento significativo do risco de crédito com um “*downgrade*” do instrumento para *rating* inferior a “*investment grade*”.

Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito externo / Risco de crédito interno;
- Sector de atividade do emitente;
- País de risco do emitente;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor;
- Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

#### B. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos, com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia.

A gestão deste risco relativamente aos ativos está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A sua mitigação, para a Companhia, consubstancia-se na referida Política, através da definição de limites de exposição por emitentes, por *rating*, por classe de ativos (*asset allocation*) e por setor.

A diversificação dos ativos financeiros por setores de atividade, como forma de mitigar a concentração do risco de crédito, pode ser analisada para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, conforme se segue:

	2019					
	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		Total Geral
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública	-	9.528.229	(8.682)	-	-	9.519.547
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	5.132.950	714.866	(549)	9.900.011	(68.587)	15.678.690
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	1.033.425	(1.139)	-	-	1.032.287
Actividades de informação e de comunicação	-	4.460.769	(3.920)	-	-	4.456.849
Actividades de saúde humana e apoio social	-	785.483	(322)	-	-	785.161
Actividades financeiras e de seguros	-	30.634.925	(1.016.557)	-	-	29.618.369
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	5.156.217	(2.274)	-	-	5.153.942
Alojamento, restauração e similares	-	410.160	(172)	-	-	409.988
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	-	622.484	(845)	-	-	621.638
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	2.441.611	(1.651)	-	-	2.439.960
Indústrias extractivas	-	1.076.282	(745)	-	-	1.075.537
Indústrias transformadoras	-	32.264.826	(15.539)	-	-	32.249.288
Transportes e armazenagem	-	2.813.840	(2.499)	-	-	2.811.342
	5.132.950	91.943.117	(1.054.892)	9.900.011	(68.587)	105.852.598

	2018					Total Geral
	Justo valor através de Ganhos e Perdas	Justo valor através de Reservas		Custo Amortizado		
		Bruto	Imparidades	Bruto	Imparidades	
Dívida Pública	-	16.848.902	(9.301)	-	-	16.839.601
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	4.061.085	695.931	(471)	3.500.004	(18.585)	8.237.964
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	-	1.012.106	(992)	-	-	1.011.113
Actividades de informação e de comunicação	-	3.296.946	(2.715)	-	-	3.294.231
Actividades de saúde humana e apoio social	-	762.081	(144)	-	-	761.937
Actividades financeiras e de seguros	-	29.043.694	(1.012.605)	-	-	28.031.090
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-	5.075.605	(1.829)	-	-	5.073.776
Alojamento, restauração e similares	-	396.303	(144)	-	-	396.160
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-	1.004.596	(849)	-	-	1.003.746
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	1.017.100	(431)	-	-	1.016.669
Indústrias extractivas	-	779.545	(271)	-	-	779.274
Indústrias transformadoras	-	30.919.460	(12.046)	-	-	30.907.413
Transportes e armazenagem	-	2.414.975	(1.674)	-	-	2.413.302
	4.061.085	93.267.244	(1.043.473)	3.500.004	(18.585)	99.766.275

Considerando que os produtos que a GNB Seguros comercializa se dirigirem, de uma forma geral, a todos os clientes da rede de distribuição da Companhia (Bancos do Grupo Novo Banco) e atendendo ao modo como esta se encontra distribuída pelo País, entende-se que ao nível dos passivos se verifica uma distribuição que evita a concentração numa única fonte de risco (clientes ou regiões).

### C. Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de satisfazer as responsabilidades exigidas à medida que estas se vençam e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas e inaceitáveis ao alienar investimentos ou outros ativos de forma não programada.

A gestão do risco de liquidez está definida na Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração, sendo monitorizada regularmente ao nível do Comité Financeiro.

A maturidade dos ativos é como segue:

	2019					Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.811.491	-	-	-	172	2.811.663
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10.348.447	19.096.933	28.245.916	33.196.929	-	90.888.225
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	5.132.950	5.132.950
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9.831.424	-	-	-	-	9.831.424
Provisões técnicas de resseguro cedido	14.338.103	-	-	-	-	14.338.103
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.100.160	-	-	-	-	6.100.160
<b>Total de Ativos</b>	<b>43.429.625</b>	<b>19.096.933</b>	<b>28.245.916</b>	<b>33.196.929</b>	<b>5.133.121</b>	<b>129.102.524</b>
Provisões Técnicas	(60.771.143)	(9.666.460)	(6.150.653)	-	(7.719.138)	(84.307.394)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(3.688.739)	-	-	-	-	(3.688.739)
<b>Total de Passivos</b>	<b>(64.459.882)</b>	<b>(9.666.460)</b>	<b>(6.150.653)</b>	<b>-</b>	<b>(7.719.138)</b>	<b>(87.996.133)</b>

	2018					Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.194.098	-	-	-	172	3.194.270
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	20.937.558	21.531.140	23.562.901	26.192.173	-	92.223.772
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	4.061.085	4.061.085
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.481.419	-	-	-	-	3.481.419
Provisões técnicas de resseguro cedido	12.903.784	-	-	-	-	12.903.784
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.776.653	-	-	-	-	4.776.653
<b>Total de Ativos</b>	<b>45.293.512</b>	<b>21.531.140</b>	<b>23.562.901</b>	<b>26.192.173</b>	<b>4.061.257</b>	<b>120.640.983</b>
Provisões Técnicas	(39.406.244)	(21.926.854)	(14.043.896)	-	(2.000.000)	(77.376.994)
Outros Credores por operações de seguros e outras operações	(5.348.183)	-	-	-	-	(5.348.183)
<b>Total de Passivos</b>	<b>(44.754.427)</b>	<b>(21.926.854)</b>	<b>(14.043.896)</b>	<b>-</b>	<b>(2.000.000)</b>	<b>(82.725.177)</b>

A gestão da liquidez na Companhia tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. A liquidez também é gerida numa ótica que permita responder de uma forma satisfatória a situações de stresse de liquidez.

Assim a Companhia tem em vigor um conjunto de limites que considera importantes que sejam mantidos de forma a garantir os seus objetivos.

#### D. Risco de Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, pelo risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas tem vindo progressivamente a desenvolver um trabalho que visa assegurar a identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Como medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacam-se as seguintes:

- Implementação do código de conduta;
- Existência de normativo interno e manuais de procedimentos
- Implementação de políticas e risco operacional e prevenção da fraude
- Existência de segregação de funções, incluindo as autorizações e competências para transações e pagamentos;
- Monitorização da conformidade com legislação emanada pelo regulador, leis, regulamentos e outras exigências legais;
- Documentação dos controlos e procedimentos;
- Reporte de perdas operacionais e proposta de planos de ação para mitigar perdas registadas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócio;
- Formação de colaboradores;

Os Comitês existentes e diretamente relacionados com gestão de risco, controlo e *compliance*, contribuem para a mitigação deste risco funcionando como facilitadores no processo de identificação, avaliação, quantificação de risco e monitorização de recomendações.

Existe também na Companhia um Comité de Segurança com objetivo de assegurar que a segurança informática, de pessoas e bens e a continuidade de negócio são garantidas por recursos adequados e estão formalmente definidas e regulamentadas.

Com o objetivo de mitigar o risco de *outsourcing*, a Companhia dispõe de uma política de subcontratação e Comitês que procuram assegurar o cumprimento de todos os requisitos e formalidades respeitantes à celebração de contratos com entidades consideradas essenciais ao desenvolvimento e sucesso do negócio.

#### E. Risco Reputacional

O risco reputacional pode ser definido como o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como do nome que lhe está associado, sendo a gestão deste risco efetuada de uma forma regular, que pode ser exemplificada com as medidas implementadas nos últimos anos, tais como:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social, utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor de clientes;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Avaliação regular do risco de reputação através dos processos de “assessment” (matrizes de gestão de risco);

### **NOTA 31 – REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA**

No regime de Solvência II, aplicável ao sector segurador, destacam-se a avaliação dos ativos e passivos, baseada em princípios económicos assim como o alinhamento dos requisitos de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas e a existência de um modelo de negócio e uma cultura de gestão (e de supervisão) baseada nos riscos.

No que se refere aos objetivos em matéria de requisitos de capital, eles foram definidos na política de apetite ao risco e mantém-se em linha com o estabelecido anteriormente, ou seja, a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Ao longo do exercício a GNB Seguros procedeu á avaliação regular dos requisitos de solvência e dos fundos próprios disponíveis, efetuando os reportes regulamentares previstos.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019. Os elementos finais e auditados serão divulgados no Relatório de Solvência e Situação financeira até ao próximo dia 7 de abril de 2020

**NOTA 32 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS**
*Operações Intra-Grupo*

Os saldos apresentados resultam das operações realizadas com entidades detentoras de participação no capital social da Companhia e outras entidades relacionadas. Estas operações inserem-se no normal desenvolvimento da atividade da Companhia.

	31/12/2019				31/12/2018			
	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS	ATIVO	PASSIVO	CUSTOS	PROVEITOS
<b>Novo Banco</b>	<b>12.298.851</b>	<b>585.812</b>	<b>8.173.578</b>	<b>39</b>	<b>6.442.433</b>	<b>1.906.034</b>	<b>8.248.447</b>	<b>1.647</b>
Ativos financeiros	12.181.912	-	-	39	6.170.117	-	4.228	1.647
Outros devedores	116.938	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	154.008	8.003.860	-	-	1.906.034	8.244.219	-
Acréscimos e diferimentos	-	431.803	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	4.192	-	272.317	-	-	-
Rendas	-	-	165.526	-	-	-	-	-
<b>Soc. Gestora de Fundos de Pensões S.A.</b>	<b>-</b>	<b>122.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>122.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Acréscimos e diferimentos	-	122.000	-	-	-	122.000	-	-
<b>GNB Gestão de Patrimónios</b>	<b>-</b>	<b>3.100</b>	<b>12.900</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Acréscimos e diferimentos	-	3.100	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	12.900	-	-	-	-	-
<b>ESEGUR, S.A.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>683</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Prestação de serviços	-	-	683	-	-	-	-	-
<b>SGL Multipessoal, S.A.</b>	<b>-</b>	<b>837</b>	<b>10.894</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.677</b>	<b>-</b>
Acréscimos e diferimentos	-	837	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	10.894	-	-	-	16.677	-
<b>Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.</b>	<b>40.394</b>	<b>3.130</b>	<b>3.095</b>	<b>-</b>	<b>25.614</b>	<b>3.081</b>	<b>3.130</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros	40.394	-	-	-	25.614	-	-	-
Comissões	-	3.130	3.095	-	-	3.081	3.130	-
<b>CREDIT AGRICOLE ASSURANCES, S.A.</b>	<b>-</b>	<b>15.600</b>	<b>14.419</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.950</b>	<b>-</b>
Acréscimos e diferimentos	-	15.600	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	14.419	-	-	-	20.950	-
<b>CREDIT AGRICOLE SA</b>	<b>666.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>93.091</b>	<b>3.827.870</b>	<b>15.600</b>	<b>-</b>	<b>189.105</b>
Ativos financeiros	666.300	-	-	93.091	3.827.870	15.600	-	189.105
<b>GNB Seguros Vida, S.A.</b>	<b>90.416</b>	<b>6.881</b>	<b>41.981</b>	<b>-</b>	<b>72.629</b>	<b>15.987</b>	<b>11.296</b>	<b>-</b>
Outros devedores	90.416	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	-	6.881	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	36.725	-	72.629	15.987	11.296	-
Rendas	-	-	5.256	-	-	-	-	-
<b>Novo Banco dos Açores</b>	<b>508.810</b>	<b>133.908</b>	<b>181.629</b>	<b>-</b>	<b>515.423</b>	<b>146.789</b>	<b>171.161</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros	508.810	-	-	-	515.423	-	-	-
Comissões	-	121.164	181.629	-	-	146.789	171.161	-
Acréscimos e diferimentos	-	12.743	-	-	-	-	-	-
<b>Credibom</b>	<b>-</b>	<b>136.108</b>	<b>87.034</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49.074</b>	<b>47.380</b>	<b>-</b>
Comissões	-	136.108	87.034	-	-	49.074	47.380	-
<b>Esumédica, S.A.</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>6.644</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.786</b>	<b>-</b>
Prestação de serviços	-	0	6.644	-	-	-	3.786	-
	<b>13.604.771</b>	<b>1.004.276</b>	<b>8.519.957</b>	<b>93.130</b>	<b>10.883.970</b>	<b>2.258.565</b>	<b>8.522.827</b>	<b>190.751</b>

Em 2019, fruto da venda da participação da GNB Seguros, as entidades, AdvanceCare, Europ Assistance e Tranquilidade (Seguradoras Unidas, S.A.), deixaram de ser partes relacionadas por isso não se encontram no reporte acima.

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas associadas e relacionadas foram efetuadas a preços de mercado, idênticos aos preços praticados em transações semelhantes com outras entidades.

Para os efeitos da presente nota, entendemos que são relevantes, como elementos responsáveis pela gestão conforme enquadrado na IAS 24, os membros dos órgãos de administração.

As remunerações e outros benefícios dos membros dos órgãos de administração estão divulgadas no capítulo “Política de Remuneração” incluído no ponto 1.1 Estrutura e Práticas de Governo Societário do Relatório de Gestão e na nota 10.

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2019 e 2018, não se registaram quaisquer transações adicionais com partes relacionadas entre a Companhia e os seus Acionistas.

**NOTA 33 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS****Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício:**

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Nenhuma das emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019 e abaixo discriminadas tem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

**IFRS 16 (nova)**

“Locações”, esta nova norma substitui a IAS 17 – “Locações”, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

**IFRS 9 (alteração)**

“Elementos de pré-pagamento com compensação negativa”. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.

**IAS 19 (alteração)**

“Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos”. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do “*asset ceiling*”. O impacto no “*asset ceiling*” é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício.

**IAS 28 (alteração)**

“Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos”. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjuntos, quando existam indicadores de imparidade.

**IFRS 3 e IFRS 11 (melhoria)**

“Concentrações de atividades empresariais” e “Acordos conjuntos”. Estas melhorias clarificam que: i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados ao justo valor; e ii) quando um investidor numa operação conjunta (não exerce controlo conjunto) obtém controlo conjunto numa operação conjunta que é um negócio, não remensura o interesse detido anteriormente ao justo valor.

**IAS 12 (melhoria)**

“Impostos sobre o rendimento”. Esta melhoria clarifica que os impactos fiscais dos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou o evento que deu origem aos dividendos.

**IAS 23 (melhoria)**

“Custos de empréstimos obtidos”. Esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis.

**IFRIC 23 (nova)**

“Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento”. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

**Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2020 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela União Europeia:

**IAS 1 e IAS 8 (alteração)**

“Definição de material”, esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de “principais utilizadores das demonstrações financeiras”, sendo estes definidos como ‘atuais e futuros investidores, financiadores e credores’ que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

**Estrutura concetual**

“Alterações na referência a outras IFRS”, como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.

Ainda não endossadas pela União Europeia:

**IFRS 3 (alteração)**

“Definição de negócio”, esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos

financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos “testes de concentração” para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.

#### **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração)**

“Reforma das taxas de juro de referência”, estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto “*IBOR reform*” do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito “altamente provável”; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

#### **IFRS 17 (nova),**

“Contratos de seguro” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“*building block approach*”) ou simplificado (“*premium allocation approach*”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

#### **NOTA 34 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

Como é do conhecimento generalizado, o assunto relativo ao Coronavírus designado COVID-19 tem tido desenvolvimentos sensíveis nas últimas semanas em diversos países, incluindo Portugal, havendo notícias que indicam que a economia portuguesa pode ser afetada por efeitos diretos ou indiretos provocados pela referida pandemia.

Neste enquadramento, tendo presente não apenas a atividade desenvolvida pela Companhia mas também a informação disponível à presente data, o Conselho de Administração não estima nenhum efeito ao nível das demonstrações financeiras do exercício de 2019 decorrente do evento acima. Dada a incerteza desses eventuais efeitos, o Conselho e Administração da Companhia não consegue estimar e quantificar, à presente data, os impactos futuros do Coronavírus ao nível da economia Portuguesa e em particular ao nível do próprio negócio da Companhia. Iremos continuar a avaliar esta situação de forma cuidada ao longo do próximo exercício.

Lisboa, 12 de março de 2020

**O Contabilista Certificado**

**O Conselho de Administração**

**Anexo 1**

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
CREDIT AGRICOLE 2.375% /2014 - 20/05/2024		600.000	1,00		597.342		666.300
	Sub-total				597.342		666.300
	Total				597.342		666.300
<b>2 - OUTROS TÍTULOS</b>							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 Títulos de dívida							
2.1.2.1 De dívida pública							
PGB 1.95% /2019 - 15/06/2029		450.000	1,06		478.800		517.452
PGB 4.125% /2017 - 14/04/2027		2.000.000	1,22		2.440.040		2.613.752
	Sub-total				2.918.840		3.131.204
	Total				2.918.840		3.131.204
2.2 Títulos Estrangeiros							
2.2.1 Instrumentos de Capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	26.970			30	819.606	45	1.211.519
ISHARES STOXX 600 DE	30.620			39	1.179.087	41	1.264.453
iShares MSCI World Monthly EURO ETF	9.640			52	500.303	57	547.600
iSHARES EDGE MSCI WORLD VALUE FACTOR	14.152			25	349.972	29	415.361
iShares Core MSCI Japan IMI ETF USD	13.610			38	515.459	40	539.160
iShares Core MSCI World UCITS ETF EUR	20.582			44	901.307	56	1.154.856
	Sub-total	115.574			4.265.735		5.132.950
2.2.2 Títulos de dívida							
2.2.2.1 De dívida pública							
BELGIUM KINGDOM 0.8% /2015 - 22/06/2025		800.000	1,02		812.734		849.925
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 0.6% /2019 - 31/10/2029		950.000	1,03		979.993		962.987
FRTR 0.5% /2015 - 25/05/2026		2.000.000	0,99		1.974.610		2.095.411
INSTITUT CREDITO OFICIAL 0.75% /2018 - 31/10/2023		1.000.000	1,00		998.880		1.033.200
REPUBLIC OF AUSTRIA 1.2% /2015 - 20/10/2025		800.000	1,05		838.827		869.513
REPUBLIC OF POLAND 3% - 2014 - 15/01/2024		500.000	1,00		498.665		577.309
	Sub-total				6.103.709		6.388.344
2.2.2.3 De outros emissores							
3M 1.875% - 2013 / 15-11-2021		700.000	0,99		695.479		728.551
ABB FINANCE BV 0.75% / 2017 - 16/05/2024 (call=16/02/2024)		500.000	1,00		498.400		515.021
ABBVIE INC 1.375% / 2016 - 17/05/2024 (call=17/02/2024)		300.000	1,00		299.358		318.341
ABN AMRO BANK NV 0.875% /2019 - 15/01/2024		1.000.000	0,99		994.160		1.036.680
ADECCO INT FIN SVS 1% /2016 - 02/12/2024 (call=02/09/2024)		500.000	0,99		495.840		522.826
ALD SA 1.25% /2018 - 11/10/2022		400.000	1,00		399.690		413.779
ALD SA Float /2017 - 27/11/2020		300.000	1,00		300.030		300.538
AMERICAN EXPRESS CREDIT 0.625% / 2016 - 22/11/2021 (call=22/10/2022)		1.000.000	1,00		996.482		1.013.346
APPLE INC 0% /2019 - 15/11/2025 (call=15/08/2025)		600.000	1,00		598.860		596.802
APPLE INC 1% /2014 - 10/11/2022		300.000	0,99		298.155		310.204
APT PIPELINES LTD 1.375% /2015 - 22/03/2022		500.000	1,00		498.375		519.940
AT&T INC Float /2018 - 05/09/2023		500.000	1,00		498.780		507.284
AUTOLIV INC 0.75% /2018 - 26/06/2023 (call=26/03/2023)		200.000	1,00		199.084		202.738
BABCOCK INTL GROUP PLC 1.75% /2014 - 06/10/2022 (call=06/07/2022)		500.000	1,00		497.740		519.931
BANCO SANTANDER SA 0.25% /2019 -19/06/2024		500.000	1,00		497.655		502.151
BANCO SANTANDER SA 0.3% /2019 - 04/10/2026		300.000	1,00		299.367		296.994
BANK OF NOVA SCOTIA 0.125% /2019 - 04/09/2026		1.500.000	1,00		1.493.670		1.471.469
BANK OF NOVA SCOTIA Float /2017 - 05/10/2022		1.000.000	1,02		1.018.860		1.008.613
BANQUE FED CRED MUTUEL 0.75% /2019 - 15/06/2023		1.500.000	0,99		1.492.410		1.539.402
BAT CAPITAL CORP Float /2017 - 16/08/2021		500.000	1,00		500.030		500.710
BERTELSMANN SE & CO KGAA 1.25% /2018 - 29/09/2025 (call=29/06/2025)		300.000	0,99		298.218		316.802
BK NEDERLANDSE GEMEENTEN 1.5% /2013 - 15/04/2020		1.000.000	1,00		995.505		1.016.026
BK TOKIO-MITSUBISHI UFJ 0.875% /2015 - 11/03/2022		500.000	1,00		497.770		513.216
BMW FINANCE NV 1% /2018 - 14/11/2024		400.000	0,99		397.166		415.142
BMW FINANCE NV 1% /2018 - 29/08/2025		900.000	1,00		898.761		940.471
BNP PARIBAS 1.125% /2019 - 28/08/2024		400.000	1,00		398.578		415.277
BNP PARIBAS Float /2015 - 15/01/2020		600.000	1,00		600.030		600.084
BP CAPITAL MARKETS PLC 1.526% 2014 / 26-09-2022		500.000	1,00		500.030		523.176
BRITISH TELECOMMUNICATION 1% /2017 - 21/11/2024 (call=21/08/2024)		600.000	0,99		594.808		612.266
BRUSSELS AIRPORT CO NV 1% /2017 - 03/05/2024		400.000	0,99		396.790		413.373
BSH BOSCH UND SIEMENS HA 1.875% 2013/13-11-2020		500.000	0,99		497.182		509.860
CAPGEMINI SA 0.5% / 2016 - 09/11/2021 (call=09/08/2021)		500.000	1,00		499.189		504.260
CARLSBERG BREWERIES A/S 0.5% /2017 - 06/09/2023 (Call=06/06/2023)		700.000	0,99		692.324		711.014
CARREFOUR 1% /2019 - 17/05/2027 (call=17/02/2027)		600.000	1,00		597.234		621.638
CATERPILLAR FINANCIAL SE 0.75% 2015/13-10-2020		500.000	1,00		497.950		504.629
COCA-COLA 1.125% 2014 / 22-09-2022		1.000.000	0,99		991.470		1.036.813
COCA-COLA Enterp 2.625% - 2013/06-11-2023 (call=06/08/2023)		600.000	1,00		597.879		658.389
CODELCO INC 2.25% 2014-09/07/2024		800.000	0,99		789.686		875.111
	Sub-total				23.312.995		24.012.867

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
Continuação					23.312.995		24.012.867
COMPASS GROUP INTL BV 0.625% /2017 - 03/07/2024 (call=03/04/2024)		400.000	0,99		396.714		409.988
COOPERATIEVE RABOBANK UA 0.25% /2019 - 30/10/2026		500.000	1,00		498.217		494.437
CORP ANDINA DE FOMENTO 0.5% /2017 - 25/01/2022		750.000	1,00		749.843		758.323
CORP ANDINA DE FOMENTO 0.75% /2018 - 13/06/2023		460.000	1,00		459.648		468.036
CREDIT SUISSE LD 1.375% /2014 - 31/01/2022		500.000	1,00		498.655		521.516
DAIMLER AG 0.375% /2019 - 08/11/2026		1.300.000	1,00		1.298.639		1.280.153
DEKABANK DEUTSCHE GIRO 0.3% /2019 - 20/11/2026		700.000	1,00		698.196		696.051
DEUTSCHE TELEKOM AG 0.875% /2019 - 25/03/2026		550.000	1,00		548.507		570.189
DEXIA CREDIT LOCAL 1% /2017 - 18/10/2027		1.000.000	1,00		996.588		1.066.382
EASTMAN CHEMICAL CO 1.5% /2016 - 26/05/2023 (call=26/02/2023)		500.000	1,02		508.605		526.308
EFSS 0.4% /2018 - 17/02/2025		2.000.000	1,00		1.992.815		2.067.168
ELI LILLY & CO 1% /2015 - 02/06/2022 (Call=03/03/2022)		500.000	0,99		495.244		515.926
ELIA SYSTEM OP SA 1.375% /2019 - 14/01/2026 (call=14/10/2025)		300.000	1,00		299.871		322.648
ENEL FINANCE INTL NV 1.5% /2019 - 21/07/2025 (call=21/04/2025)		500.000	0,99		492.855		534.665
ENEXIS HOLDING NV 1.875% /2012 - 13/11/2020		500.000	0,99		496.660		510.385
ENI SPA 1% /2017 - 14/03/2025		500.000	1,00		498.385		522.399
EUROPEAN UNION 0.5% /2018 - 04/04/2025		1.000.000	1,00		996.950		1.040.932
EVONIK INDUSTRIES AG 1% /2015 - 23/01/2023 (Call=23/10/2022)		500.000	0,99		496.715		518.185
EXPORT-IMPORT BANK KOREA 0.625% /2018 - 11/07/2023		800.000	1,00		798.581		819.483
FEDEX CORP 0.45% /2019 - 05/08/2025 (call=05/05/2025)		350.000	1,00		349.596		346.437
GENERAL ELECTRIC CO 0.375% /2017 - 17/05/2022 (call=17/04/2022)		400.000	1,00		399.002		401.174
GENERAL ELECTRIC CO 1.25% /2015 - 26/05/2023 (Call=26/02/2023)		500.000	1,00		498.595		516.600
HEINEKEN NV 2% /2013 - 06/04/2021		500.000	1,00		498.073		521.465
HONEYWELL INTERNATIONAL 1.3% /2016 - 22/02/2023		800.000	1,00		799.126		839.354
HSBC 0.875% /2016 - 06/09/2024		1.000.000	0,99		986.496		1.028.863
IMPERIAL BRANDS FIN PLC 2.25% - 2014 / 26-02-2021 (call=28/11/2020)		250.000	0,99		248.165		259.859
ING BANK NV 0.7% /2015 - 16/04/2020		500.000	1,00		498.775		503.997
ING BELGIUM SA 0.625% /2018 - 30/05/2025		1.000.000	1,00		997.510		1.039.131
JOHNSON CONTRO INTL PL 1.0% /2017 - 15/09/2023 (Call=15/06/2023)		500.000	0,99		495.675		515.982
KFW 0.125% /2018 - 07/06/2023		1.000.000	1,00		998.650		1.017.107
KFW 0.5% /2018 - 28/09/2026		500.000	0,99		497.250		522.932
KNORR BREMSE AG 0.50% /2016 - 08/12/2021 (Call=08/09/2021)		400.000	1,00		398.634		403.482
KONINKLIJKE PHILIPS NV 0.5% /2019 - 22/05/2026 (call=22/02/2026)		750.000	0,99		746.235		761.877
LA BANQUE POSTALE 0.25% /2019 - 12/07/2026		700.000	1,00		698.376		692.751
LB BADEN-WUERTEMBERG 0.05% /2016 - 13/01/2020		500.000	1,00		499.710		500.136
LINDE FINANCE BV 0.25% /2017 - 18/01/2022		500.000	1,00		498.595		505.603
LLOYDS BANK PLC 1% 2014/19-11-2021		400.000	0,99		396.842		408.059
LVMH MOET HENNESSY VUITT 0.375% /2017 - 26/05/2022 (call=26/02/20)		300.000	1,00		299.436		303.958
LYB INTER FIN 1.875% /2016 - 02/03/2022 (Call=02/12/2021)		500.000	1,00		498.065		525.307
MICROSOFT CORP 2.125% 2013-06/12/2021 (Call=06/09/2021)		200.000	1,00		199.295		208.522
MITSUBISHI 0.872% 09/07/24		600.000	1,00		600.030		614.064
MORGAN STANLEY 2.375% - 2014 / 31-03-2021		500.000	1,00		498.120		524.532
MOTABILITY OPERATIONS GR 0.875% /2017 - 14/03/2025		500.000	0,99		495.205		519.265
MOTABILITY OPERATIONS GR 1.625% /2015 - 09/06/2023		250.000	0,99		247.770		265.895
NATIONAL AUSTRALIA BANK 2% 2013/12-11-2020		500.000	0,99		496.175		511.029
NATIONAL GRID INC 1% /2017 - 12/07/2024		500.000	0,99		496.774		515.570
NESTLE FINANCE INTL 0.375% /2017 - 18/01/2024 (call=18/10/2023)		400.000	0,99		397.054		408.522
NESTLE FINANCE INTL LTD 0.75% /2014 - 08/11/2021		500.000	0,99		496.340		509.683
NORDEA BANK ABP 0.375% /2019 - 28/05/2026		2.000.000	0,99		1.985.890		2.007.207
NORSK HYDRO ASA 1.125% /2019 - 11/04/2025 (call=11/01/2025)		300.000	0,99		297.825		310.096
OP CORP BANK PLC 0.375% /2019 - 26/02/2024		500.000	1,00		497.810		507.092
PARKER HANNIFIN CORP 1.125% /2017 - 01/03/2025 (call=01/12/2024)		500.000	1,00		499.429		521.438
PEPSICO INC 1.75% 2014/28-04-2021 (Call=26/01/2021)		500.000	1,00		497.585		516.700
PHILIP MORRIS INTL INC 1.75% /2013 - 19/03/2020		750.000	0,99		745.739		763.187
POHJOLA BANK PLC 2% 2014/03-03-2021		500.000	0,99		496.870		520.984
PROCTER & GAMBLE CO 0.625% /2018 - 30/10/2024		1.500.000	1,00		1.495.968		1.547.143
PUBLICIS GROUPE SA 1.125% /2014 - 16/12/2021 (Call=16/09/2021)		500.000	0,99		497.030		509.461
RIO TINTO FINANCE PLC 2% /2012 - 5/11/2020		750.000	0,99		745.336		765.440
ROLLS-ROYCE PLC 2.125% 18/06/21		500.000	0,99		496.264		520.765
SABIC CAPITAL I BV 2.75% 2013/20-11-2020		500.000	0,99		496.487		512.780
SANOFI 1% /2018 - 21/03/2026 (call=21/12/2025)		1.000.000	1,00		996.210		1.064.627
SANOFI 1.875% /2013 - 04/09/2020 (call=04/06/2020)		700.000	0,99		694.669		710.763
SANTAN CONSUMER FINANCE 1.0% /2019 - 27/02/2024		400.000	1,00		398.250		413.952
SANTANDER CONSUMER BANK 0.875% /2019 - 21/01/2022		200.000	1,00		199.730		205.193
SKANDINAVISKA ENSKILDA 0.625% /2019 - 12/11/2029		500.000	1,00		497.650		492.068
SKANDINAVISKA ENSKILDA 2% 2014/19-02-2021		500.000	0,99		497.290		520.910
SMITHS GROUP PLC 1.25% /2015 - 28/04/2023 (Call=28/01/2023)		500.000	0,99		495.488		517.153
SOCIETE GENERALE 1.25% /2019 - 15/02/2024		400.000	0,99		397.630		417.598
STATOIL ASA 2% - 2013 / 10-09-2020		600.000	0,99		595.997		613.038
SUMITOMO MITSUI BANKING 1% /2015 - 19/01/2022		600.000	1,00		597.012		617.814
SUMITOMO MITSUI FIN GRP Float /2017 - 14/06/2022		500.000	1,00		500.030		501.461
SUMITOMO MITSUI FINL GRP 0.632% /2019 - 23/10/2029		400.000	1,00		400.030		394.169
TELENOR ASA 0.75% /2019 - 31/05/2026 (Call=28/02/2026)		1.000.000	1,00		998.200		1.024.905
TERNA SPA 0.125% /2019 - 25/07/2025		250.000	0,99		248.143		246.721
Sub-total					68.032.812		70.089.864



## Anexo 2:

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2018 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2019 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>NÃO VIDA</b>				
Acidentes e Doença				
Acidentes Trabalho	240	50.514	26.735	77.010
Acidentes Pessoais	413.224	519.821	116.447	223.044
Doença	5.812	3.638.809	(10.650)	3.622.346
Incêndio e outros danos	4.580.709	3.051.303	1.133.572	(395.834)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	14.018.533	4.632.017	11.702.528	2.316.012
Outras Coberturas	541.270	397.208	151.950	7.888
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.559.788</b>	<b>12.289.671</b>	<b>13.120.581</b>	<b>5.850.464</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores

## Anexo 3:

Ramo/Grupos de Ramos	Montantes pagos prestações (1)	Montantes Pagos Custo de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)*
<b>Seguro Directo</b>				
Acidentes e doença				
Acidentes Trabalho	(81.199)	(312)	(403.967)	(485.478)
Acidentes Pessoais	(1.000.476)	(58.976)	(319.628)	(1.379.079)
Doença	(18.508.150)	(2.428.398)	51.288	(20.885.260)
Incendio e outros danos	(9.422.056)	(1.554.608)	(29.392)	(11.006.056)
Automóvel				
Responsabilidade Civil	(9.229.130)	(1.581.356)	(2.575.531)	(13.386.017)
Outras Coberturas	(2.318.594)	(6.085)	(59.264)	(2.383.942)
Garantia de Usados	-	(17)	-	(17)
<b>Total</b>	<b>(40.559.604)</b>	<b>(5.629.751)</b>	<b>(3.336.494)</b>	<b>(49.525.849)</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

## Anexo 4:

Ramo/Grupos de Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos e gastos de exploração brutos*	Saldo de resseguro**	
<b>Seguro Directo</b>						
Acidentes Trabalho	308.088	289.240	(485.478)	(60.520)	(115.112)	
Acidentes e doença	Acidentes Pessoais	10.920.922	7.402.263	(1.379.079)	(2.498.850)	(951.347)
	Doença	25.512.822	25.442.283	(20.885.260)	(2.864.183)	(276.697)
Incendio e outros danos		25.421.952	25.238.926	(11.006.056)	(5.478.626)	(1.328.862)
Automóvel						
Responsabilidade Civil	10.024.537	10.010.963	(13.386.017)	(2.288.461)	144.062	
Outras Coberturas	6.120.566	6.015.345	(2.383.942)	(518.567)	(304.833)	
Garantia de Usados	17.540	22.112	(17)	(3.343)	(14.868)	
<b>Total</b>	<b>78.326.427</b>	<b>74.421.132</b>	<b>(49.525.849)</b>	<b>(13.712.551)</b>	<b>(2.847.657)</b>	

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

\*\* Saldo favorável aos Resseguradores



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por “GNB Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 129.749 milhares de euros e um total de capital próprio de 33.050 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 6.515 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Ênfase***

Conforme divulgado na nota 34, eventos subsequentes, das demonstrações financeiras, no respeitante às eventuais implicações do Covid-19, a economia portuguesa poderá ser afetada por efeitos diretos e indiretos provocados pela referida pandemia. Também conforme divulgado, dada a incerteza desses eventuais efeitos, não é possível estimar e quantificar, à data de aprovação das demonstrações financeiras (12 de março de 2020), os impactos futuros do Coronavírus ao nível do negócio da Companhia.

A Companhia continuará a avaliar a situação de forma cuidada ao longo do próximo exercício.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

---

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

## **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p><b>Provisão para sinistros – de outros ramos</b></p> <p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros de outros ramos, apresentadas nas notas anexas 2, 3, 6 e 22 das demonstrações financeiras.</u></p> <p>A rubrica de Provisão para sinistros de outros ramos constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no passivo, mas também por requerer, no respeitante à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2019 a provisão para sinistros de outros ramos ascende a 40.773 milhares de euros, representando 42% do total do passivo da Companhia.</p> <p>A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos que possam já ter ocorrido com os respetivos processos. Para o efeito, a Companhia utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogêneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de outros ramos reconhecida pela Companhia não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<p>A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros;</li><li>• Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Companhia;</li><li>• Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade;</li><li>• Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Companhia; e</li><li>• Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pela Companhia.</li></ul> <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares

aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

**Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da GNB Seguros pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2017, para um mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

12 de junho de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

## RELATÓRIO E PARECER

### DO CONSELHO FISCAL

#### GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

#### Exercício de 2019

Exmos. Senhores Acionistas, da

GNB – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras, o anexo às demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – Companhia de Seguros, S.A. (GNB Seguros) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efectuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que nos foram regularmente disponibilizados, bem como dos esclarecimentos complementares que nos foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reunimos regularmente com o Conselho de Administração da sociedade, bem como os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.

Durante o exercício foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Companhia, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos.

De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, ao longo do exercício, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) o responsável pela área de identificação e monitorização do sistema de risco; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não foram identificadas situações de risco anormais, sendo o sistema de controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.



Verificamos que no decurso do presente exercício continuou a ser dada uma particular atenção ao sistema de monitorização da atividade desenvolvida pela Companhia e gestão do risco operacional, em virtude do acréscimo do risco decorrente da redução ocorrida ao nível do número de colaboradores e mudanças ocorridas na estrutura orgânica, decorrentes da decisão de redução de gastos adotada, a qual é essencial ao reforço da competitividade da Companhia.

O Conselho Fiscal examinou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Companhia os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.

Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases da auditoria, nomeadamente os riscos identificados no decurso da etapa de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O Revisor Oficial de Contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

O Revisor Oficial de Contas, através do Relatório Adicional, dirigido ao Conselho Fiscal, comunicou os aspetos relevantes do trabalho realizado e respetivas conclusões.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2019 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas e com a qual concordamos.

Apreciamos o entendimento do Revisor Oficial de Contas quanto às matérias relevantes de auditoria referidas na Certificação Legal das Contas. No entendimento do Revisor Oficial de Contas, a provisão para sinistro de seguro – outros ramos, constitui uma matéria relevante para efeitos da auditoria, não só pela expressão significativa no passivo, mas também por aquela rubrica requerer, no que respeita à sua determinação, a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Companhia.

O trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas contou com a colaboração de especialistas em atuariado, tendo sido realizados os procedimentos de auditoria considerados adequados e revistas as divulgações relativamente à provisão para sinistros de outros ramos constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Verificamos a independência do Revisor Oficial de Contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos.

Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Companhia que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade da Companhia durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e os critérios valorimétricos adotados



adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Companhia.

### **Parecer**

Como resultado das ações de fiscalização realizadas e apreciados os documentos referidos no número anterior, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2019, tal como foram apresentados pela Administração;
- b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

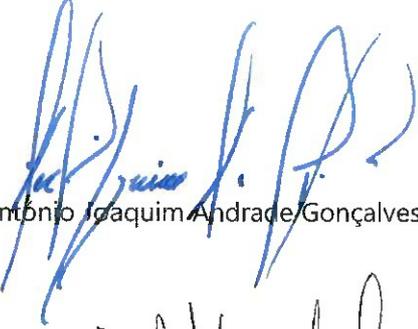
Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores da Companhia toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de maio de 2020

O Conselho Fiscal

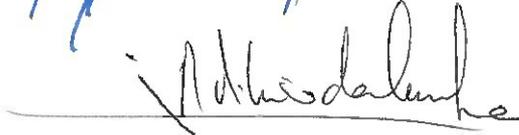
Presidente

-

  
António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal

-

  
José Maria Ribeiro da Cunha

Vogal

-

  
Paulo Ribeiro Silva

